

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO.....	16
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	17
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	18
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	19
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS.....	20
9. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO.....	21
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	22
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	25
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	25
13. ATIVOS DE CONTRATO.....	28
14. INVESTIMENTOS.....	30
15. IMOBILIZADO.....	41
16. INTANGÍVEIS.....	43
17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	45
18. FORNECEDORES.....	46
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	46
20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	46
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	50
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	51
23. PROVISÕES.....	52
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	58
25. RECEITAS.....	59
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	62
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	65
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	67
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	70
30. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	81
31. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	84
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	85
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	99

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DEZEMBRO DE 2018

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	310.194	301.696	165.875	226.830
Títulos e Valores Mobiliários	6	274.244	161.848	93.544	12.922
Consumidores e Revendedores	7	1.169.328	879.875	1.038.232	730.991
Concessionários - Transporte de Energia	7	79.783	71.164	79.860	71.236
Tributos Compensáveis	8	44.826	48.505	33.792	41.166
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10a	963	159.160	-	156.738
Dividendos a receber	28	24.618	98.842	47.397	98.842
Ativo Financeiro da Concessão	12	434.763	423.511	185.284	180.995
Ativos de Contrato	13	131.989	130.951	131.989	130.951
Adiantamento a Fornecedores		30.198	6.785	30.198	2.036
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		17.863	17.159	17.863	17.159
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	114.916	69.643	114.916	69.643
Outros		100.625	168.167	94.430	154.619
TOTAL DO CIRCULANTE		2.734.310	2.537.306	2.033.380	1.894.128
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	6	-	21.498	-	1.709
Consumidores e Revendedores	7	10.988	5.020	2.680	5.020
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	2.058	-	-	-
Tributos Compensáveis	8	682.910	17.825	656.824	17.068
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	1.693	3.115	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	11	354.748	374.374	341.387	338.779
Valores a receber de Partes Relacionadas	28	378.602	921.288	384.738	927.913
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		16.516	22.981	16.516	22.981
Adiantamento a Fornecedores		20.150	87.285	20.150	87.285
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	1.269.354	743.692	1.269.354	743.692
Outros		54.186	59.290	54.024	58.945
Ativo Financeiro da Concessão	12	4.162.214	4.097.935	1.953.960	1.931.521
Ativos de Contrato	13	998.397	998.359	998.397	998.359
Investimentos	14	4.212.660	4.205.308	7.612.262	7.488.441
Imobilizado	15	2.600.957	2.659.221	1.973.918	2.025.205
Intangíveis	16	184.719	197.583	29.473	30.715
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	17	63.418	-	62.029	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.013.570	14.414.774	15.375.712	14.677.633
TOTAL DO ATIVO		17.747.880	16.952.080	17.409.092	16.571.761

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DEZEMBRO DE 2018

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	20	214.718	44.338	43.626	44.338
Debêntures	20	710.714	559.873	710.714	559.873
Fornecedores	18	435.025	484.726	416.739	436.114
Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	201.982	112.057	118.436	-
Impostos, Taxas e Contribuições	19	54.786	57.664	40.898	46.453
Encargos Regulatórios	21	159.472	139.457	151.701	131.615
Obrigações Pós-Emprego	22	60.490	57.052	60.490	57.052
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		617.121	660.068	617.122	659.622
Salários e Encargos Sociais		62.270	62.724	61.322	61.743
Adiantamento de Clientes	7	-	40.267	-	40.267
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	17	19.531	-	18.937	-
Outras Obrigações		81.970	74.191	75.075	72.900
TOTAL DO CIRCULANTE		2.618.079	2.292.417	2.315.060	2.109.977
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	20	5.696.074	5.919.979	5.696.074	5.756.612
Debêntures	20	1.197.739	1.674.722	1.197.739	1.674.722
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	627.668	461.731	601.349	436.071
Impostos, Taxas e Contribuições	19	4.919	4.445	4.245	4.124
Encargos Regulatórios	21	53.189	59.349	47.643	54.048
Obrigações Pós-Emprego	22	1.029.938	1.019.794	1.029.938	1.019.794
Provisões	23	106.991	98.708	106.771	97.793
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda)	29	441.094	419.148	441.094	419.148
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	17	44.333	-	43.504	-
Outras Obrigações		22.007	21.651	19.826	19.336
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		9.223.952	9.679.527	9.188.183	9.481.648
TOTAL DO PASSIVO		11.842.031	11.971.944	11.503.243	11.591.625
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital Social		2.600.000	2.600.000	2.600.000	2.600.000
Reservas de Lucros		2.361.448	2.362.614	2.361.448	2.362.614
Ajustes de Avaliação Patrimonial		9.997	17.522	9.997	17.522
Lucros acumulados		934.404	-	934.404	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.905.849	4.980.136	5.905.849	4.980.136
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.747.880	16.952.080	17.409.092	16.571.761

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
RECEITA	25	4.197.573	3.275.675	3.678.080	2.946.534
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	26				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(92.253)	(125.521)	(67.052)	(108.654)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.699.161)	(1.692.509)	(1.696.797)	(1.666.009)
		(1.791.414)	(1.818.030)	(1.763.849)	(1.774.663)
CUSTO	26				
Pessoal e Administradores		(141.518)	(138.410)	(130.944)	(125.915)
Materiais		(9.028)	(4.477)	(6.556)	(3.650)
Serviços de Terceiros		(58.277)	(48.209)	(38.703)	(42.638)
Depreciação e Amortização		(103.487)	(70.288)	(68.862)	(70.200)
Provisões Operacionais, Líquidas		(13.954)	(14.365)	(14.649)	(14.381)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(82.989)	(4.732)	(82.989)	(4.732)
Outros Custos Operacionais		(9.245)	(11.916)	(8.418)	(11.517)
		(418.498)	(292.397)	(351.121)	(273.033)
CUSTO TOTAL		(2.209.912)	(2.110.427)	(2.114.970)	(2.047.696)
LUCRO BRUTO		1.987.661	1.165.248	1.563.110	898.838
DESPESA OPERACIONAL	26				
Despesas com Vendas		(19.077)	(152)	(10.453)	(152)
Despesas Gerais e Administrativas		(56.986)	(49.817)	(56.986)	(49.817)
Outras Despesas Operacionais		(805.576)	(78.169)	(805.067)	(77.730)
		(881.639)	(128.138)	(872.506)	(127.699)
Resultado De Equivalência Patrimonial	14	8.753	(140.412)	340.720	66.614
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.114.775	896.698	1.031.324	837.753
Receitas Financeiras	27	1.014.197	253.314	982.802	242.183
Despesas Financeiras	27	(455.351)	(1.008.586)	(445.307)	(1.007.013)
Resultado antes dos Impostos		1.673.621	141.426	1.568.819	72.923
Imposto De Renda e Contribuição Social Correntes	10d	(583.680)	(68.492)	(477.828)	-
Imposto De Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	(164.228)	(6.046)	(165.278)	(6.035)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		925.713	66.888	925.713	66.888
Lucro Líquido por Ação Ordinária – R\$	24	0,3196	0,0231	0,3196	0,0231

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/19	Abr a Jun/18	Abr a Jun/19	Abr a Jun/18
RECEITA	25	2.242.697	1.713.191	1.978.481	1.557.150
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	26				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(46.168)	(55.879)	(33.806)	(46.880)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(916.241)	(897.095)	(920.250)	(880.043)
		(962.409)	(952.974)	(954.056)	(926.923)
CUSTO	26				
Pessoal e Administradores		(72.787)	(77.916)	(66.787)	(70.444)
Materiais		(4.814)	(3.521)	(2.935)	(3.052)
Serviços de Terceiros		(39.515)	(37.884)	(28.460)	(34.282)
Depreciação e Amortização		(60.264)	(35.093)	(33.885)	(35.046)
Provisões Operacionais, líquidas		(11.549)	(10.409)	(11.392)	(10.425)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(54.902)	(3.669)	(54.902)	(3.669)
Outros Custos Operacionais		(10.020)	(11.876)	(8.451)	(11.685)
		(253.851)	(180.368)	(206.812)	(168.603)
CUSTO TOTAL		(1.216.260)	(1.133.342)	(1.160.868)	(1.095.526)
LUCRO BRUTO		1.026.437	579.849	817.613	461.624
DESPESA OPERACIONAL	26				
Despesas com vendas		(2.379)	(19)	(1.686)	(19)
Despesas Gerais e Administrativas		(9.652)	(2.755)	(9.652)	(2.808)
Outras Despesas Operacionais		(754.241)	(47.037)	(754.004)	(46.796)
		(766.272)	(49.811)	(765.342)	(49.623)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(27.926)	(109.182)	137.848	(16.423)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		232.239	420.856	190.119	395.578
Receitas Financeiras	27	850.301	120.670	828.244	115.434
Despesas Financeiras	27	(226.095)	(770.883)	(221.704)	(770.805)
Resultado antes dos Impostos		856.445	(229.357)	796.659	(259.793)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10d	(376.971)	46.656	(317.324)	77.244
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	(136.977)	2.311	(136.838)	2.159
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		342.497	(180.390)	342.497	(180.390)
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação Ordinária – R\$	24	0,1182	(0,0623)	0,1182	(0,0623)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	925.713	66.888	925.713	66.888
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>925.713</u>	<u>66.888</u>	<u>925.713</u>	<u>66.888</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/19	Abr a Jun/18	Abr a Jun/19	Abr a Jun/18
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	342.497	(180.390)	342.497	(180.390)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>342.497</u>	<u>(180.390)</u>	<u>342.497</u>	<u>(180.390)</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Adiantamento Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.837.710	100.000	2.702.600	153.522	-	4.793.832
Lucro líquido do período	-	-	-	-	66.888	66.888
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(9.626)	9.626	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	1.837.710	100.000	2.702.600	143.896	76.514	4.860.720
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.600.000	-	2.362.614	17.522	-	4.980.136
Reversão de reserva de incentivos fiscais referente a exercícios anteriores (1)	-	-	(1.166)	-	1.166	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	925.713	925.713
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(7.525)	7.525	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	2.600.000	-	2.361.448	9.997	934.404	5.905.849

(1) A ser deliberado na próxima Assembleia Geral Ordinária.

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		925.713	66.888	925.713	66.888
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e Amortização	26	113.935	73.088	79.310	73.001
Baixas de valor residual líquido de Imobilizado, Intangível e Financeiro da concessão		2.516	7.746	1.874	7.745
Atualização financeira dos ativos de contrato e ativos financeiros da concessão	12 e 13	(266.571)	(337.962)	(90.420)	(180.982)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	13	(7.834)	(9.671)	(7.834)	(9.671)
Equivalência Patrimonial	14	(8.753)	140.412	(340.720)	(66.614)
Juros e variações monetárias		377.121	395.345	369.581	397.902
Variação Cambial de empréstimos e financiamentos	20	(63.904)	548.353	(63.904)	548.353
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	20	5.784	9.503	5.784	9.503
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10c	164.228	6.046	165.278	6.035
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	9	(665.818)	-	(640.163)	-
Provisões para Perdas Operacionais, líquidas	26c	721.062	14.970	713.133	14.986
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	29	(613.394)	(180.429)	(613.394)	(180.429)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	29	21.946	24.606	21.946	24.606
Ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia – Renova	25	(62.575)	-	(62.575)	-
Obrigações Pós-Emprego	22	50.230	43.874	50.230	43.874
		693.686	802.769	513.839	755.197
(Aumento) Redução de Ativos					
Consumidores e Revendedores		(314.498)	(827)	(315.354)	17.973
Tributos Compensáveis		4.412	4.038	7.781	4.106
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar		(16.856)	(6.795)	(7.355)	(6.578)
Transporte de Energia		(8.619)	(5.620)	(8.624)	(5.646)
Depósitos vinculados a litígios		25.387	(2.085)	2.895	(2.085)
Dividendos Recebidos		96.419	89.940	273.637	272.103
Ativos Financeiros da Concessão		215.866	282.972	88.518	160.688
Ativos de Contrato		(19.914)	96.921	(19.914)	96.921
Adiantamento a Fornecedores		(43.563)	(70.899)	(48.312)	(85.628)
Outros		82.302	8.069	75.255	10.192
		20.936	395.714	48.527	462.046
(Aumento) Redução de Passivos					
Fornecedores		(49.701)	(103.794)	(19.375)	(103.074)
Impostos, Taxas e Contribuições		(808)	(61.167)	(3.838)	(62.861)
Imposto de Renda e Contribuição Social		588.740	68.492	480.617	-
Salários e Contribuições Sociais		(454)	2.507	(421)	2.507
Encargos Regulatórios		13.855	(18.937)	13.681	(20.200)
Obrigações Pós-Emprego	22	(36.648)	(33.296)	(36.648)	(33.296)
Adiantamento de Clientes		(40.894)	(74.773)	(40.894)	(74.773)
Outros		2.115	(23.033)	(3.005)	(20.367)
		476.205	(244.001)	390.117	(312.064)
Caixa Gerado nas Operações		1.190.827	954.482	952.483	905.179
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(319.436)	(185.302)	(187.385)	(72.587)
Juros pagos de empréstimos	20	(430.614)	(382.229)	(430.614)	(382.229)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)		42.459	12.981	34.653	12.981
Juros pagos de arrendamentos	17	(3.740)	-	(3.660)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		479.496	399.932	365.477	463.344

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	14b	(20.794)	(149.918)	(20.794)	(149.918)
Redução de capital em investida		-	-	15.500	-
Mútuo com partes relacionadas		46.599	-	46.599	-
No Imobilizado	15	(34.413)	(17.482)	(18.021)	(14.009)
No Intangível	16	(932)	(1.422)	(924)	(1.422)
Em Títulos e Valores Mobiliários		(90.898)	352.437	(78.913)	297.388
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(100.438)	183.615	(56.553)	132.039
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos pagos		(42.947)	(200.000)	(42.500)	(200.000)
Pagamentos de Empréstimos e debêntures	20	(319.927)	(289.955)	(319.927)	(289.955)
Pagamentos de arrendamentos	17	(7.686)	-	(7.452)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(370.560)	(489.955)	(369.879)	(489.955)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		8.498	93.592	(60.955)	105.428
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	<u>301.696</u>	<u>403.339</u>	<u>226.830</u>	<u>366.169</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	<u>310.194</u>	<u>496.931</u>	<u>165.875</u>	<u>471.597</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Jun/2019		Jan a Jun/2018		Jan a Jun/2019		Jan a Jun/2018	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	4.320.195		3.721.690		3.902.972		3.489.886	
Receita de Construção	82.989		4.732		82.989		4.732	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	176.151		156.980		-		-	
Investimentos em Imobilizado	17.763		28.538		17.763		28.538	
Receita de Indenização da Transmissão	90.420		146.519		90.420		146.519	
Receita de Indenização de Geração	-		34.463		-		34.463	
Créditos de Pis/Pasep e Cofins	424.403		-		408.612		-	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.077)		(152)		(10.453)		(152)	
Outras receitas (despesas)	1.324		(221)		1.324		(221)	
	5.094.168		4.092.549		4.493.627		3.703.765	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.864.493)		(1.851.519)		(1.861.441)		(1.823.614)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(100.634)		(137.630)		(73.868)		(119.308)	
Serviços de Terceiros	(122.250)		(73.453)		(102.669)		(67.877)	
Materiais	(57.905)		(22.871)		(55.433)		(22.044)	
Concessão Onerosa	(1.287)		(1.446)		(1.287)		(1.446)	
Outros Custos Operacionais	(740.029)		(55.431)		(740.107)		(55.009)	
	(2.886.598)		(2.142.350)		(2.834.805)		(2.089.298)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.207.570		1.950.199		1.658.822		1.614.467	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(113.935)		(73.088)		(79.310)		(73.001)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.093.635		1.877.111		1.579.512		1.541.466	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.753		(140.412)		340.720		66.614	
Receitas Financeiras	1.014.197		253.314		982.802		242.183	
	1.022.950		112.902		1.323.522		308.797	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.116.585		1.990.013		2.903.034		1.850.263	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Empregados	234.675	7,53	187.855	9,44	224.295	7,73	176.188	9,51
Remuneração direta	157.583	5,06	121.874	6,12	147.497	5,08	111.101	6,00
Benefícios	63.007	2,02	51.497	2,59	62.786	2,16	50.904	2,75
FGTS	8.231	0,26	7.753	0,39	8.158	0,28	7.452	0,40
Programa de Desligamento Voluntário Programado	5.854	0,19	6.731	0,34	5.854	0,20	6.731	0,36
Impostos, Taxas e Contribuições	1.497.993	48,07	714.414	35,90	1.305.255	44,96	588.218	31,79
Federais	1.198.728	38,46	441.519	22,19	1.043.678	35,95	337.690	18,25
Estaduais	294.974	9,46	271.517	13,64	259.348	8,93	249.172	13,47
Municipais	4.291	0,14	1.378	0,07	2.229	0,08	1.356	0,07
Remuneração de Capitais de Terceiros	458.204	14,70	1.020.856	51,30	447.771	15,42	1.018.969	55,08
Juros	455.351	14,61	1.008.586	50,68	445.307	15,34	1.007.013	54,43
Aluguéis	2.853	0,09	12.270	0,62	2.464	0,08	11.956	0,65
Remuneração de Capitais Próprios	925.713	29,70	66.888	3,36	925.713	31,89	66.888	3,62
Lucros Acumulados	925.713	29,70	66.888	3,36	925.713	31,89	66.888	3,62
	3.116.585	100,00	1.990.013	100,00	2.903.034	100,00	1.850.263	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui também participação em 83 usinas, sendo 75 hidrelétricas, 6 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.555 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia possui participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias, e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias em 12 de agosto de 2019.

2.2 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do IFRS 16/CPC 06 (R2). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto do arrendamento durante o prazo de sua vigência (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas informações contábeis intermediárias a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotaram as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentou informações e saldos em base comparativa.

A Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação detalhada do impacto do IFRS 16/CPC 06 (R2), com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial sendo os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentados a seguir:

01/01/2019	Consolidado	Controladora
Ativo - Direito de uso	61.202	59.545
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(61.202)	(59.545)

Nas tabelas a seguir, são apresentados os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados para o período findo em 30 de junho de 2019:

Balanços Patrimoniais	Consolidado			Controladora		
	30/06/2019 Sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	30/06/2019 Com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	30/06/2019 Sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	30/06/2019 Com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)
Ativo circulante	2.734.310	-	2.734.310	2.033.380	-	2.033.380
Ativo não circulante	14.950.152	63.418	15.013.570	15.313.683	62.029	15.375.712
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	-	63.418	63.418	-	62.029	62.029
Outros ativos não circulantes	14.950.152	-	14.950.152	15.313.683	-	15.313.683
Passivo circulante	2.598.548	19.531	2.618.079	2.296.123	18.937	2.315.060
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	-	19.531	19.531	-	18.937	18.937
Outros passivos circulantes	2.598.548	-	2.598.548	2.296.123	-	2.296.123
Passivo não circulante	9.179.476	44.476	9.223.952	9.144.539	43.644	9.188.183
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	-	44.333	44.333	-	43.504	43.504
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	627.525	143	627.668	601.209	140	601.349
Outros passivos não circulantes	8.551.951	-	8.551.951	8.543.330	-	8.543.330
Patrimônio líquido	5.906.438	(589)	5.905.849	5.906.401	(552)	5.905.849

Demonstrações de Resultados	Consolidado			Controladora		
	Jan a Jun/2019 Sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	Jan a Jun/2019 Com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Jan a Jun/2019 Sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	Jan a Jun/2019 Com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)
Receitas Líquida	4.197.573	-	4.197.573	3.678.080	-	3.678.080
Custos e despesas operacionais	(3.094.845)	3.294	(3.091.551)	(2.990.724)	3.248	(2.987.476)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.753	-	8.753	340.720	-	340.720
Resultado financeiro, líquido	562.586	(3.740)	558.846	541.155	(3.660)	537.495
Imposto de Renda e Contribuição Social	(747.765)	(143)	(747.908)	(642.966)	(140)	(643.106)
RESULTADO DO PERÍODO	926.302	(589)	925.713	926.265	(552)	925.713

Demonstrações de Resultados	Consolidado			Controladora		
	Abr a Jun/2019 Sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	Abr a Jun/2019 Com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Abr a Jun/2019 Sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	Abr a Jun/2019 Com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)
Receitas Líquida	2.242.697	-	2.242.697	1.978.481	-	1.978.481
Custos e despesas operacionais	(1.984.661)	2.129	(1.982.532)	(1.928.315)	2.105	(1.926.210)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(27.926)	-	(27.926)	137.848	-	137.848
Resultado financeiro, líquido	626.229	(2.023)	624.206	608.524	(1.984)	606.540
Imposto de Renda e Contribuição Social	(513.622)	(326)	(513.948)	(453.841)	(321)	(454.162)
RESULTADO DO PERÍODO	342.717	(220)	342.497	342.697	(200)	342.497

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o Lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação entrou em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir desta analisaram os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas teve alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento.

2.3 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2018	30/06/2019	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	30	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
9	8	Tributos e Contribuições Compensáveis
-	9	Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS – Ação Judicial com Trânsito em Julgado
10	10	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	11	Depósitos Vinculados a Litígios
12	12	Ativos Financeiros da Concessão
13	13	Ativos de Contratos
14	14	Investimentos
15	15	Imobilizado
16	16	Intangíveis
-	17	Operações de Arredamento Mercantil
17	18	Fornecedores
18	19	Impostos, Taxas e Contribuições
19	20	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	21	Encargos Regulatórios
21	22	Obrigações Pós-Emprego
22	23	Provisões
23	24	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	25	Receitas
25	26	Custos e Despesas Operacionais
26	27	Receitas e Despesas Financeiras
27	28	Transações com Partes Relacionadas
28	29	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
31	31	Eventos Subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto destas informações, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para consolidação, e das controladas em conjunto, utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades Controladas	Forma de avaliação	30/06/2019 e 31/12/2018	
		Participação Direta (%)	
Cemig Baguari Energia S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação		100,00
Sá Carvalho S.A.	Consolidação		100,00
Horizontes Energia S.A.	Consolidação		100,00
Rosal Energia S.A.	Consolidação		100,00
Cemig PCH S.A.	Consolidação		100,00
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação		100,00
Usina Termelétrica do Barreiro S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Trading S.A.	Consolidação		100,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação		100,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação		100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig GT, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detem junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações:

GERAÇÃO	Empresa detentora da concessão	Contrato de concessão	Data de Vencimento
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (4)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	Cemig GT	79/2000	10/2030

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo esta classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, até o exercício de 2017, estavam no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, classificados no modelo de ativo financeiro. Entretanto, considerando a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2018, do CPC 47, com a análise das obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, esses ativos passaram a ser classificados como ativos de contrato.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Contas Bancárias	767	4.135	384	3.583
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (1)	233.133	246.691	139.492	219.204
Overnight (2)	76.294	50.870	25.999	4.043
	309.427	297.561	165.491	223.247
	310.194	301.696	165.875	226.830

- 1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 85% a 106% conforme operação (75% a 106% em 2018).
- 2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% (6,39% em 2018) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Letras Financeiras – Bancos (1)	189.552	118.374	64.594	9.409
Letras Financeiras do Tesouro (2)	73.995	56.572	25.215	4.496
Debêntures (3)	10.561	8.338	3.599	663
Outros	136	62	136	63
	<u>274.244</u>	<u>183.346</u>	<u>93.544</u>	<u>14.631</u>
Ativo Circulante	274.244	161.848	93.544	12.922
Ativo Não Circulante	-	21.498	-	1.709

- 1) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 111,25% do CDI (102% a 111,25% em 2018).
- 2) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- 3) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151% do CDI (104,25% a 151,% do CDI em 2018).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 28.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 a 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	Consolidado	
	Faturado	Não Faturado				30/06/2019	31/12/2018
Industrial	21.829	261.236	14.083	24.731	37.279	359.158	341.012
Comércio, Serviços e Outras	12.681	66.315	382	98	-	79.476	67.675
Produtor rural	-	-	-	-	-	-	45
Suprimento a Outras							
Concessionárias	-	261.489	19.308	19.929	689	301.415	334.929
Concessionários – Transp. de Energia	3.286	71.556	268	98	4.575	79.783	71.164
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	34.814	2.939	431.616	-	-	469.369	165.720
Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(634)	(4.533)	(23.935)	(29.102)	(24.486)
	72.610	663.535	465.023	40.323	18.608	1.260.099	956.059
Ativo Circulante						1.249.111	951.039
Consumidores e Revendedores						1.169.328	879.875
Concessionários – Transp. Energia						79.783	71.164
Ativo Não Circulante						10.988	5.020
Consumidores e Revendedores						10.988	5.020

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 a 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	Controladora	
	Faturado	Não Faturado				30/06/2019	31/12/2018
Industrial	11.124	232.885	6.005	4.944	15.536	270.494	251.621
Comércio, Serviços e Outras	12.681	66.315	382	97	-	79.475	67.675
Produtor rural	-	-	-	-	-	-	45
Suprimento a Outras							
Concessionárias	-	225.800	18.502	-	689	244.991	284.935
Concessionários – Transp. de Energia	3.311	71.608	268	98	4.575	79.860	71.236
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	34.814	-	431.616	-	-	466.430	156.221
Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(634)	(4.533)	(15.311)	(20.478)	(24.486)
	61.930	596.608	456.139	606	5.489	1.120.772	807.247
Ativo Circulante						1.118.092	802.227
Consumidores e Revendedores						1.038.232	730.991
Concessionários – Transp. Energia						79.860	71.236
Ativo Não Circulante						2.680	5.020
Consumidores e Revendedores						2.680	5.020

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

O ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.623	21.623
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	152	152
Saldo em 30 de junho de 2018	21.775	21.775
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.486	24.486
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	19.077	10.453
Baixa	(14.461)	(14.461)
Saldo em 30 de junho de 2019	29.102	20.478

Adiantamento de Clientes

A Companhia recebeu de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que a movimentação no saldo da obrigação está demonstrada a seguir:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	190.758
Atualização Financeira	5.411
Baixa	(74.773)
Saldo em 30 de junho de 2018	121.396
Saldo em 31 de dezembro de 2018	40.267
Atualização Financeira	627
Baixa	(40.894)
Saldo em 30 de junho de 2019	-

Os adiantamentos foram atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Companhia, nas condições a seguir:

Contraparte	30/06/2019			Saldos em 30/06/2019	Saldos em 31/12/2018
	Período previsto para faturamento da energia	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de MWh entregues (1)		
White Martins Gases Industriais Ltda	Até Jun/2019	124% do CDI	323.057.344	-	40.267

(1) Quantidade referente ao volume total de energia entregue durante o período de vigência do contrato.

A receita de venda de energia antecipada foi reconhecida no resultado apenas quando ocorreu a sua efetiva entrega, quando as obrigações de desempenho foram cumpridas.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS a Recuperar	24.119	24.300	16.563	18.385
COFINS	3.137	5.316	1.398	4.161
PASEP	788	1.018	171	773
INSS	14.966	14.662	14.966	14.662
Outros	1.816	3.209	694	3.185
	44.826	48.505	33.792	41.166
Não Circulante				
COFINS (1)	546.993	-	525.971	-
PIS-PASEP (1)	118.825	-	114.192	-
ICMS a Recuperar (2)	16.661	17.068	16.661	17.068
Outros	431	757	-	-
	682.910	17.825	656.824	17.068
	727.736	66.330	690.616	58.234

(1) Créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. Mais informações na nota explicativa nº 9.

(2) Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses.

9. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO

Em 16 de julho de 2008, a Cemig GT ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic.

Em julho de 2008, a Companhia obteve liminar e passou a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. A Companhia manteve esse procedimento de agosto de 2008 até agosto de 2011 e, a partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Em 2017, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia baixou os passivos correspondentes aos valores depositados em juízo entre 2008 e 2011.

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito desta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Em 11 de junho de 2019, considerando o trânsito em julgado das suas ações, a Companhia solicitou o levantamento dos depósitos judiciais, no valor total de R\$204.138, ainda pendente de deliberação judicial.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza referente as subsidiárias integrais Sá Carvalho e UTE Barreiro.

A Companhia possui duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal. A opção de compensação será priorizada, com o objetivo de acelerar a recuperação dos créditos em questão.

Segue abaixo apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins, incluindo sua atualização pela SELIC, reconhecidos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2019:

Créditos de PIS/Pasep e Cofins	Cemig GT	Sá Carvalho	UTE Barreiro	Total
Efeitos no Balanço Patrimonial				
Tributos compensáveis (Jul/2003 a Mai/2019)	640.163	24.020	1.635	665.818
Impostos, taxas e contribuições (1)	(5.743)	(208)	(17)	(5.968)
IR/CS	(212.416)	(8.096)	(550)	(221.062)
Patrimônio Líquido	422.004	15.716	1.068	438.788
Efeitos no Resultado do Período				
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (outras receitas operacionais)	408.612	14.797	994	424.403
Receita financeira	231.551	9.223	641	241.415
PIS/Pasep e Cofins sobre a Receita Financeira	(5.743)	(208)	(17)	(5.968)
Imposto de renda e contribuição social	(212.416)	(8.096)	(550)	(221.062)
Impacto no Lucro Líquido do período	422.004	15.716	1.068	438.788

(1) PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira de atualização dos créditos tributários reconhecidos.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Circulante				
Imposto de renda	724	90.679	-	88.599
Contribuição social	239	68.481	-	68.139
	963	159.160	-	156.738
Não Circulante				
Imposto de renda	1.087	2.499	-	-
Contribuição social	606	616	-	-
	1.693	3.115	-	-

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no ativo não circulante são decorrentes das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfa por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais. Em 30 de junho de 2019, foram reconhecidos os tributos incidentes sobre os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS a recuperar, registrados em função do trânsito em julgado da ação movida pela Companhia e suas controladas, conforme nota explicativa nº 9.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Circulante				
Imposto de renda	171.502	83.207	109.820	-
Contribuição social	30.480	28.850	8.616	-
	201.982	112.057	118.436	-

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
ATIVO				
Obrigações Pós-Emprego	323.539	316.092	323.539	316.092
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	9.117	8.326	7.062	8.326
Provisões para contingências	36.357	33.532	36.302	33.250
Provisão PUT SAAG	149.972	142.510	149.972	142.510
Provisão para perdas em investimentos	266.288	273.558	266.288	273.558
Outras provisões	16.980	23.130	16.980	23.130
Concessão Onerosa	8.006	7.683	8.006	7.683
Outros	14.130	6.534	14.113	6.262
	824.389	811.365	822.262	810.811
PASSIVO				
Valor justo como Custo Atribuído na adoção das IFRS	(235.437)	(239.092)	(215.401)	(218.534)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa dos ativos da concessão	(543.498)	(552.327)	(543.498)	(552.327)
Valor justo de Participações Societárias	(151.154)	(155.457)	(151.154)	(155.457)
Atualização de Depósitos Judiciais	(31.256)	(29.708)	(29.592)	(28.752)
Instrumentos Financeiros Derivativos (<i>Swap</i>)	(470.652)	(276.534)	(470.652)	(276.534)
Outros	(18.002)	(19.978)	(13.314)	(15.278)
	(1.449.999)	(1.273.096)	(1.423.611)	(1.246.882)
Total Líquido	(625.610)	(461.731)	(601.349)	(436.071)
Total do Ativo	2.058	-	-	-
Total do Passivo	(627.668)	(461.731)	(601.349)	(436.071)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(416.446)	(416.305)
Efeitos alocados ao resultado	(6.046)	(6.035)
Saldos em 30 de junho de 2018	(422.492)	(422.340)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(461.731)	(436.071)
Efeitos alocados ao resultado	(164.228)	(165.278)
Outros	349	-
Saldos em 30 de junho de 2019	(625.610)	(601.349)

d) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Lucro antes dos impostos	1.673.621	141.426	1.568.819	72.923
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal (34%)	(569.031)	(48.085)	(533.398)	(24.794)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	8.986	-	8.933	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.237)	(50.708)	112.877	19.681
Multas Indedutíveis	(4)	(555)	(4)	(552)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(329)	(179)	(313)	(179)
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	45.709	25.095	-	-
PECLD com Partes Relacionadas	(233.931)	-	(233.931)	-
Outros	2.929	(106)	2.730	(191)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(747.908)	(74.538)	(643.106)	(6.035)
Imposto Corrente	(583.680)	(68.492)	(477.828)	-
Imposto Diferido	(164.228)	(6.046)	(165.278)	(6.035)
	(747.908)	(74.538)	(643.106)	(6.035)
Alíquota Efetiva	44,69%	52,70%	40,99%	8,28%

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Lucro antes dos impostos	856.445	(229.357)	796.659	(259.793)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal (34%)	(291.191)	77.982	(270.864)	88.329
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	2.354	(1.416)	2.304	(1.416)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(13.698)	(38.606)	45.384	(7.068)
Multas Indedutíveis	(2)	(294)	(2)	(291)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(16)	(142)	-	(142)
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	19.489	11.411	-	-
PECLD com Partes Relacionadas	(233.931)	-	(233.931)	-
Outros	3.047	32	2.947	(9)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(513.948)	48.967	(454.162)	79.403
Imposto Corrente	(376.971)	46.656	(317.324)	77.244
Imposto Diferido	(136.977)	2.311	(136.838)	2.159
	(513.948)	48.967	(454.162)	79.403
Alíquota Efetiva	60,01%	21,35%	57,01%	30,56%

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Trabalhistas	28.447	30.183	27.867	29.649
Fiscais				
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	16.997	16.791	15.681	15.475
PIS/Pasep e Cofins (1)	204.138	201.211	192.514	189.922
IR/INSS - Indenização do Anuênio (2)	65.666	64.786	65.666	64.786
IPTU	10.817	10.364	10.817	10.364
CSLL (3)	18.062	18.062	18.062	18.062
Outros	1.950	1.496	2.178	1.496
	317.630	312.710	304.917	300.105
Outros				
Bloqueio Judicial	797	763	765	731
Regulatórios	2.917	3.537	2.917	3.537
Outros	4.957	27.181	4.921	4.757
	8.671	31.481	8.603	9.025
	354.748	374.374	341.387	338.779

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 9.

(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Indenização do Anuênio).

(3) Depósito judicial relativo ao processo que discute a autuação referente à tributação de CSLL dos valores das doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, das despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Transmissão - Indenização a receber (1)	1.323.042	1.296.314	1.323.042	1.296.314
Geração - Indenização a receber	816.202	816.202	816.202	816.202
Geração - Bonificação de outorga	2.457.733	2.408.930	-	-
	4.596.977	4.521.446	2.139.244	2.112.516
Circulante	434.763	423.511	185.284	180.995
Não Circulante	4.162.214	4.097.935	1.953.960	1.931.521

(1) Os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativos de contrato, conforme requerido pela IFRS 15/ CPC 47. Mais detalhes na nota explicativa nº 13 – Ativos de Contrato.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.237.892	2.475.838	6.713.730	1.900.757	2.475.838	4.376.595
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15	-	(1.092.271)	(1.092.271)	-	(1.092.271)	(1.092.271)
Atualização financeira	191.443	66.637	258.080	34.463	66.637	101.100
Recebimentos	(122.284)	(160.688)	(282.972)	-	(160.688)	(160.688)
Saldos em 30 de junho de 2018 (reclassificado)	4.307.051	1.289.516	5.596.567	1.935.220	1.289.516	3.224.736
Reclassificação (a)	-	1.084.797	1.084.797	-	1.084.797	1.084.797
Saldos em 30 de junho de 2018 (originalmente apresentado)	4.307.051	2.374.313	6.681.364	1.935.220	2.374.313	4.309.533
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.225.132	1.296.314	4.521.446	816.202	1.296.314	2.112.516
Atualização financeira	176.151	71.164	247.315	-	71.164	71.164
Recebimentos	(127.348)	(88.518)	(215.866)	-	(88.518)	(88.518)
Transferências - Ativo de contrato (nota 13)	-	44.082	44.082	-	44.082	44.082
Saldos em 30 de junho de 2019	3.273.935	1.323.042	4.596.977	816.202	1.323.042	2.139.244

(a) Para fins de comparabilidade, os saldos dos ativos vinculados à infraestrutura de transmissão, originalmente apresentados em 30 de junho de 2018 como ativo financeiro, foram reclassificados para ativo de contrato considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (vide nota 13).

Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 30 de junho de 2019, no montante de R\$1.323.042 (R\$1.296.314 em 31 de dezembro de 2018) é classificado como ativo financeiro, mensurado pelo método do custo amortizado, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R\$891.904 em 30 de junho de 2019 (R\$936.945 em 31 de dezembro de 2018) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP, desde julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$431.138 em 30 de junho de 2019 (R\$359.369 em 31 de dezembro de 2018), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito a receber os valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 30 de junho de 2019.

Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos estão reconhecidos no Ativo Financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e montam R\$816.202 em 30 de junho de 2019 (R\$816.202 em 31 de dezembro de 2018).

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 30 de junho de 2019, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

Bonificação pela outorga – Concessões de geração

A bonificação pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	95.560	(68.423)	1.397.037
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	30.116	(21.578)	438.448
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	12.554	(9.174)	163.981
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	9.357	(6.830)	122.979
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	13.003	(9.609)	160.611
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	9.685	(7.297)	109.085
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	64.153	5.876	(4.437)	65.592
Total		2.408.930	176.151	(127.348)	2.457.733

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	84.877	(65.703)	1.349.308
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	26.758	(20.721)	423.430
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	11.237	(8.809)	158.022
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	8.372	(6.558)	118.524
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	11.680	(9.227)	154.623
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	8.746	(7.007)	104.872
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	5.310	(4.259)	63.052
Total		2.337.135	156.980	(122.284)	2.371.831

A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

13. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos de infraestrutura da concessão que possuem alguma obrigação de desempenho são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos em 30 de junho de 2019:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Transmissão – ativos de indenização incorporados à base de remuneração de ativos	414.069	492.405	414.069	492.405
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	716.317	636.905	716.317	636.905
	1.130.386	1.129.310	1.130.386	1.129.310
Circulante	131.989	130.951	131.989	130.951
Não Circulante	998.397	998.359	998.397	998.359

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (nota 12)	1.092.271
Adições	4.732
Atualização financeira	79.882
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	9.671
Recebimentos	(101.653)
Transferências para o ativo imobilizado e ativo financeiro	(106)
Saldo em 30 de junho de 2018 (reclassificado)	1.084.797
Reclassificação (a)	(1.084.797)
Saldo em 30 de junho de 2018 (originalmente apresentado)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (a)	1.129.310
Adições	82.989
Atualização financeira	19.256
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	7.834
Recebimentos	(63.075)
Baixa	(1.824)
Transferências para o Imobilizado	(22)
Transferências para o ativo financeiro (nota 12)	(44.082)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.130.386

(a) Para fins de comparabilidade, os saldos dos ativos vinculados à infraestrutura de transmissão, originalmente apresentados em 30 de junho de 2018 como ativo financeiro, foram reclassificados para ativo de contrato considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (vide nota 12).

Os ativos vinculados a infraestrutura da concessão de transmissão foram classificados como ativos de contrato, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela construção, operação, manutenção e disponibilidade das linhas de transmissão. Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente da indenização de transmissão em função da adesão aos termos da Lei 12.783/13 no montante de R\$414.069 em 30 de junho de 2019 (R\$492.405 em 31 de dezembro de 2018) foi incorporado à Base de remuneração de ativos e está sendo recuperado via RAP.

Ativos remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 30 de junho de 2019, o saldo a receber é de R\$716.317 (R\$636.905 em 31 de dezembro de 2018).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, concede o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos relacionados à formação deste ativo por meio da progressão dos gastos incorridos.

14. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Coligadas				
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	231.270	270.090	231.270	270.090
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	437.960	470.022	437.960	470.022
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	51.102	49.213	51.102	49.213
Guanhães Energia	131.261	111.838	131.261	111.838
Hidrelétrica Pipoca	29.227	30.629	29.227	30.629
Lightger	45.230	42.191	45.230	42.191
Baguari Energia	158.614	162.224	158.614	162.224
Aliança Norte (usina Belo Monte)	661.121	663.755	661.121	663.755
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.008.913	1.012.636	1.008.913	1.012.636
Aliança Geração	1.277.764	1.216.860	1.277.764	1.216.860
Retiro Baixo	175.386	170.720	175.386	170.720
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	4.812	5.130	4.812	5.130
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	22	36
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.410.905	1.395.614
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	448.235	440.083
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	180.892	178.545
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	134.397	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	177.619	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	120.826	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	72.483	69.898
Rosal Energia S.A.	-	-	128.110	124.897
Sá Carvalho S.A.	-	-	133.168	94.447
Horizontes Energia S.A.	-	-	62.651	54.953
Cemig PCH S.A.	-	-	94.787	92.987
Usina Termelétrica do Barreiro S.A.	-	-	3.473	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	54.159	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	-	-	2.906	2.841
Cemig Trading S.A.	-	-	57.276	28.135
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	144.617	145.880
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	173.076	180.976
Total do Investimento	4.212.660	4.205.308	7.612.262	7.488.441

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto e à participação na usina de Santo Antônio.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização desses ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Controladora	31/12/2017	Amortização	30/06/2018	31/12/2018	Amortização	30/06/2019
Retiro Baixo	28.344	(591)	27.753	31.966	(695)	31.271
Central Eólica Praias de Parajuru	16.503	(707)	15.796	66.286	(3.107)	63.179
Central Eólica Volta do Rio	11.035	(436)	10.599	95.819	(4.107)	91.712
Central Eólica Praias de Morgado	23.956	(972)	22.984	-	-	-
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	151.384	(2.979)	148.405	18.000	(368)	17.632
Aliança Geração	402.844	(12.655)	390.189	377.534	(12.655)	364.879
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	54.546	(986)	53.560	52.575	(986)	51.589
	688.612	(19.326)	669.286	642.180	(21.918)	620.262

Consolidado	31/12/2017	Amortização	30/06/2018	31/12/2018	Amortização	30/06/2019
Retiro Baixo	28.344	(591)	27.753	31.966	(695)	31.271
Central Eólica Praias de Parajuru	16.503	(707)	15.796	-	-	-
Central Eólica Volta do Rio	11.035	(436)	10.599	-	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	23.956	(972)	22.984	-	-	-
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	151.384	(2.979)	148.405	18.000	(368)	17.632
Aliança Geração	402.844	(12.655)	390.189	377.534	(12.655)	364.879
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	54.546	(986)	53.560	52.575	(986)	51.589
	688.612	(19.326)	669.286	480.075	(14.704)	465.371

b) A movimentação dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 30/06/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	5.310	-	(3.421)	51.102
Guanhães Energia	111.838	(343)	19.766	-	131.261
Hidrelétrica Pipoca	30.629	818	-	(2.220)	29.227
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	270.090	(38.820)	-	-	231.270
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	470.022	(32.062)	-	-	437.960
Baguari Energia	162.224	9.953	-	(13.563)	158.614
Lightger	42.191	6.030	-	(2.991)	45.230
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.012.636	(3.798)	75	-	1.008.913
Aliança Norte (usina Belo Monte)	663.755	(3.587)	953	-	661.121
Aliança Geração	1.216.860	60.904	-	-	1.277.764
Retiro Baixo	170.720	4.666	-	-	175.386
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(318)	-	-	4.812
Total do Investimento	4.205.308	8.753	20.794	(22.195)	4.212.660

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 30/06/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	5.310	-	(3.421)	-	51.102
Guanhães Energia	111.838	(343)	19.766	-	-	131.261
Hidrelétrica Pipoca	30.629	818	-	(2.220)	-	29.227
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	270.090	(38.820)	-	-	-	231.270
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	470.022	(32.062)	-	-	-	437.960
Baguari Energia	162.224	9.953	-	(13.563)	-	158.614
Central Eólica Praias Parajuru	145.880	(1.251)	-	(12)	-	144.617
Central Eólica Volta do Rio	180.976	(7.900)	-	-	-	173.076
Lightger	42.191	6.030	-	(2.991)	-	45.230
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.012.636	(3.798)	75	-	-	1.008.913
Aliança Norte (usina Belo Monte)	663.755	(3.587)	953	-	-	661.121
Aliança Geração	1.216.860	60.904	-	-	-	1.277.764
Retiro Baixo	170.720	4.666	-	-	-	175.386
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(318)	-	-	-	4.812
Cemig Baguari	36	(14)	-	-	-	22
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.395.614	94.725	-	(79.434)	-	1.410.905
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.083	34.510	-	(26.358)	-	448.235
Cemig Ger. Itutinga S.A.	178.545	24.797	-	(22.450)	-	180.892
Cemig Geração Camargos S.A.	131.570	16.984	-	(14.157)	-	134.397
Cemig Geração Sul S.A.	176.424	24.655	-	(23.460)	-	177.619
Cemig Geração Leste S.A.	120.686	16.345	-	(16.205)	-	120.826
Cemig Geração Oeste S.A.	69.898	9.624	-	(7.039)	-	72.483
Rosal Energia S.A.	124.897	12.660	-	(9.447)	-	128.110
Sá Carvalho S.A.	94.447	38.721	-	-	-	133.168
Horizontes Energia S.A.	54.953	7.698	-	-	-	62.651
Cemig PCH S.A.	92.987	1.800	-	-	-	94.787
Usina Termelétrica do Barreiro S.A. (1)	18.406	1.295	-	(728)	(15.500)	3.473
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	26.755	27.404	-	-	-	54.159
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	2.841	597	-	(532)	-	2.906
Cemig Trading S.A.	28.135	29.317	-	(176)	-	57.276
Total do Investimento	7.488.441	340.720	20.794	(222.193)	(15.500)	7.612.262

(1) A movimentação apresentada na coluna "Outros" refere-se a redução do capital social da investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 11 de fevereiro de 2019, com efeitos a partir de 20 de abril de 2019, conforme estabelecido pela Lei 6.404/1976.

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	Saldo em 30/06/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	6.739	-	(16.350)	48.346
Guanhães Energia	25.018	(299)	34.889	-	59.608
Hidrelétrica Pipoca	26.023	3.357	-	(1.203)	28.177
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	534.761	(77.435)	84	-	457.410
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	582.504	(65.933)	-	-	516.571
Baguari Energia	148.422	16.088	-	(3.558)	160.952
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(6.086)	-	-	54.015
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(13.636)	-	-	54.089
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(4.748)	-	-	45.821
Lightger	40.832	2.308	-	(1.779)	41.361
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	28.243	70.181	-	964.978
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	17.420	41.365	-	635.489
Aliança Geração	1.242.170	38.212	-	-	1.280.382
Retiro Baixo	157.773	7.927	-	-	165.700
Renova	282.524	(89.092)	-	-	193.432
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.477)	3.399	-	3.621
Total do Investimento	4.723.336	(140.412)	149.918	(22.890)	4.709.952

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos	Saldo em 30/06/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	6.739	-	(16.350)	48.346
Guanhães Energia	25.018	(299)	34.889	-	59.608
Hidrelétrica Pipoca	26.023	3.357	-	(1.203)	28.177
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	534.761	(77.435)	84	-	457.410
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	582.504	(65.933)	-	-	516.571
Baguari Energia	148.422	16.088	-	(3.558)	160.952
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(6.086)	-	-	54.015
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(13.636)	-	-	54.089
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(4.748)	-	-	45.821
Lightger	40.832	2.308	-	(1.779)	41.361
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	28.243	70.181	-	964.978
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	17.420	41.365	-	635.489
Aliança Geração	1.242.170	38.212	-	-	1.280.382
Retiro Baixo	157.773	7.927	-	-	165.700
Renova	282.524	(89.092)	-	-	193.432
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.477)	3.399	-	3.621
Cemig Baguari	23	(13)	-	-	10
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.391.822	90.379	-	(84.342)	1.397.859
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.122	33.420	-	(29.456)	444.086
Cemig Ger. Itutinga S.A.	171.279	19.831	-	(17.007)	174.103
Cemig Geração Camargos S.A.	130.426	15.928	-	(14.554)	131.800
Cemig Geração Sul S.A.	167.571	21.347	-	(16.477)	172.441
Cemig Geração Leste S.A.	115.885	16.792	-	(12.951)	119.726
Cemig Geração Oeste S.A.	69.398	9.342	-	(7.376)	71.364
Total do Investimento	7.209.862	66.614	149.918	(205.053)	7.221.341

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2019			Em 31 de dezembro de 2018		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Coligadas							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	4.201.884	15,51	10.619.786	4.656.593
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	104.290	49,00	35.000	100.434
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	267.878	49,00	396.402	228.242
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	59.060	49,00	41.360	62.509
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	228.591	69,39	186.573	233.793
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	92.752	49,00	79.232	86.105
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.893.675.837	49,00	1.208.071	1.243.943	49,00	1.206.127	1.247.307
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.527.723	74,50	1.322.528	1.354.245	74,50	1.322.428	1.359.243
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	2.025.081	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	288.808	49,90	222.850	278.065
Renova (2)	41.719.724	36,23	2.919.019	(685.314)	36,23	2.919.019	(76.489)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	22.165.114	49,00	22.165	9.821	49,00	22.165	10.470
Controladas							
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	22	100,00	306	36
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.410.905	100,00	1.291.423	1.395.614
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	448.235	100,00	405.268	440.083
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	180.892	100,00	151.309	178.545
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	134.397	100,00	113.499	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	177.619	100,00	148.147	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	120.826	100,00	100.569	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	72.483	100,00	60.595	69.898
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	128.110	100,00	46.944	124.897
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	133.168	100,00	36.833	94.447
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	62.651	100,00	39.258	54.953
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	94.787	100,00	45.952	92.987
Usina Termelétrica do Barreiro S.A.	1.402.000	100,00	1.402	3.473	100,00	16.902	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	54.159	100,00	486	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	1.000.000	100,00	1.000	2.906	100,00	1.000	2.841
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	57.276	100,00	1.000	28.135
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	71.834.843	100,00	71.835	81.438	100,00	71.835	79.594
Central Eólica Volta do Rio S.A.	138.867.440	100,00	138.867	81.364	100,00	138.867	85.157

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) Controle compartilhado por acordo de acionistas. Em virtude de o patrimônio líquido da Renova ter se tornado negativo, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na investida em 31 de dezembro de 2018, permanecendo neste valor em 30 de junho de 2019.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia, com participação direta de 8,54%.

No período findo em 30 de junho de 2019, a MESA apresentou prejuízo de R\$454.708 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$11.046.981, decorrente, substancialmente, da reclassificação de saldos de “Empréstimos e Financiamentos”, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, com vencimentos após 30 de junho de 2020, para o circulante.

A reclassificação desse montante para o passivo circulante ocorreu em função dos contratos de empréstimos e financiamentos da MESA conterem cláusula facultando aos credores declararem vencimento antecipado dos créditos em razão da ocorrência de pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos contratos de financiamento, evento que ocorreu em 17 de junho de 2019, com as empresas Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (OPI), Odebrecht Energia do Brasil S.A. (OEB) e Odebrecht S.A., que são intervenientes dos referidos contratos.

A Administração da MESA obteve subsequentemente a 30 de junho de 2019, declarações de não exercício por parte dos credores da cláusula de vencimento antecipado nos próximos doze meses em função do pedido de recuperação judicial dos intervenientes mencionados acima. Portanto, a parcela reclassificada da dívida no montante de R\$10.717.521 voltará a ser classificada no passivo não circulante no próximo trimestre.

Adicionalmente à reclassificação acima mencionada, deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a *International Chamber of Commerce* (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Continuidade operacional

No período findo em 30 de junho de 2019, a Renova Energia apresentou prejuízo de R\$608.825, prejuízos acumulados de R\$3.659.712, passivos circulantes consolidados em excesso aos ativos circulantes consolidados de R\$940.928, patrimônio líquido negativo de R\$685.314 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos operacionais e, inclusive, de construção dos parques eólicos e solares. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova em 30 de junho de 2019.

Adicionalmente, face aos eventos ocorridos no 2º trimestre de 2019 na Renova notadamente: (i) cassação por parte da ANEEL, em 04 de junho de 2019, da autorização dos Projetos do AS3 Fase B, devido ao atraso no cronograma; (ii) na mesma data, a ANEEL demonstrou intenção de cancelar o contrato de energia regulada LER 2013 (“PPA AS3 Fase A”), por atraso na entrada em operação dos parques e sob alegação de que os preços da energia são hoje muito superiores aos dos últimos leilões do mercado regulado e, (iii) em 19 de junho de 2019, a AES demonstrou a impossibilidade de seguir com a compra, conforme as bases do CCVA AS3, em razão da negociação frustrada com o fornecedor dos aerogeradores, com isso as bases comerciais para a venda do AS III foram alteradas em relação a proposta anteriormente assinada resultado em uma desvalorização do ativo, para o qual foi constituída na Renova uma provisão complementar de *impairment* no montante de R\$ 259.421, no trimestre findo em 30 de junho de 2019.

Diante deste cenário, a investida em conjunto com seus acionistas, incluindo a Companhia, mantém em andamento um Plano de Restruturação Societária e Financeira com o objetivo de reequilibrar a estrutura de liquidez e de geração de caixa, equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos, incluindo a aprovação dos termos de negociação com a AES Tietê Energia S.A. para a venda de parques eólicos da investida, renegociação do prazo de vencimento da dívida com o BNDES e o reperfilamento dos valores devidos a partes relacionadas, incluindo a Companhia. A Administração da Companhia e a Administração da investida entendem que, com o sucesso das medidas aprovadas, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Em face do patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a investida.

Adicionalmente, a Companhia possuía um Contas a Receber com a Renova, no valor de R\$688 milhões em 30 de junho de 2019, com atualização financeira calculada pela variação de 150% a 155% do CDI e vencimento final em dezembro de 2021. Considerando o patrimônio líquido negativo e as incertezas relacionadas ao processo de reestruturação financeira da Investida, conforme mencionado acima, foi registrada no segundo trimestre de 2019 uma perda estimada na realização dos créditos pelo valor integral do saldo a receber.

A continuidade operacional da Renova depende do sucesso da implementação das medidas acima, da continuidade do fluxo de dividendos de suas investidas, bem como da obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Contrato para aquisição de participação na Renova

Como parte do Plano de Reestruturação Societária e Financeira da Renova, em 21 de março de 2019, foi assinado contrato de compra e venda de ações referente à aquisição integral, pela Companhia e Light Energia, da participação acionária na Renova Energia detida pela CG I, estando prevista a celebração de Instrumento Particular de Cessão de Posição Contratual, que transferirá integralmente os direitos e obrigações da Companhia para a Light Energia. Essa Reestruturação, contempla ainda a celebração de Acordo de Investimento com a Light Energia que prevê aportes de capital a serem realizados pela Companhia na Renova que serão utilizados pela Investida no desenvolvimento e manutenção das suas atividades operacionais.

Negociações Alto Sertão III

Em 9 de abril de 2019, foi assinado, pela Renova, contrato de compra e venda de ações (“CCVA”) referente à operação de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III para a AES Tietê Energia S.A. (“AES”), subdividido em Fases A e B, estando ainda em discussão das questões financeiras e demais obrigações relacionadas ao processo de alienação. A operação está sujeita a: (i) eventual acréscimo de valor sob a forma de *earn-out*, caso o desempenho dos ventos da Fase A exceda a referência assumida na negociação; (ii) equacionamento das dívidas com credores do projeto, sendo que a AES Tietê assumirá a dívida financeira estimada em R\$988 milhões, majoritariamente com o BNDES.

Face aos eventos ocorridos no 2º trimestre de 2019 e que eram considerados condições precedentes e suspensivas para as negociações com a AES, as partes estão negociando a prorrogação do referido contrato por um prazo adicional de 60 (sessenta) dias, que se encerra em outubro de 2019.

Prorrogação de prazo e reperfilamento de dívidas junto a credores

Em 23 de julho de 2019, a Renova celebrou uma Cédula de Crédito Bancário com o banco Citibank no valor de R\$185,6 milhões para reperfilamento de dívida vencida, com prazo total de 6 anos, pagamento de juros trimestrais e carência de um ano para início do pagamento do principal.

Em 15 de agosto de 2019, o empréstimo ponte contraído junto ao BNDES com recursos destinados à execução das obras do complexo Eólico Alto Sertão III, no valor de R\$988 milhões em 30 de junho de 2019, que venceria em 15 de agosto de 2019, teve sua data de vencimento prorrogada por 60 dias, passando a vencer em 15 de outubro de 2019.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de montagem, organização, desenvolvimento e pré-operação, que resultaram em capital circulante líquido negativo de R\$3.167.535 em 30 de junho de 2019. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e conseqüente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2019 é de R\$1.889.881.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna independentes adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Madeira Energia S.A. (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência efetuados por terceiros que venham a ser firmados por terceiros e/ou de termos de colaboração efetuados por terceiros firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequados e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Cemig GT, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo. Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanham a investigação interna, cujo o escopo compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo a legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, do Código de ética e políticas de integridade da Renova.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços no âmbito dessa investida em períodos anteriores a 2015. As investigações da operação “E o Vento Levou” ainda estão em andamento, sendo que em 25 de julho de 2019 foi iniciada a 2ª fase, e conforme Comunicado ao Mercado publicado em 11 de abril de 2019, a Renova está em total colaboração com as autoridades no tocante a essas investigações.

Embora exista evidência de deficiências de controles internos relacionados com certos pagamentos e arquivamento de documentação suporte de serviços prestados por terceiros, procedimentos adicionais estão sendo requeridos para determinar a existência de elementos que embasariam os itens sob investigação na investida. Como resultado, exceto pela constituição de provisão para auto de infração lavrado pela Receita Federal no montante de R\$ 1.788 na investida, nenhum efeito das investigações foi registrado nas informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019 da Renova ou da Companhia.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia e da sua controladora em Guanhães e na MESA. Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente está sendo supervisionada por Comitê Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança.

Em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Cemig para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

A primeira fase da investigação interna e independente da Companhia foi concluída e o relatório foi entregue em 13 de maio de 2019. Considerando o atual estágio e resultados preliminares dessa 1ª fase das investigações internas, nenhum efeito foi registrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2019. As investigações continuam em andamento, com previsão de conclusão até o final do exercício de 2019.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e colaborará com as autoridades nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	7.468.863	(4.997.217)	2.471.646	7.439.599	(4.899.564)	2.540.035
Terrenos	247.605	(17.087)	230.518	231.141	(16.174)	214.967
Reservatórios, barragens e adutoras	3.284.866	(2.166.400)	1.118.466	3.282.178	(2.131.683)	1.150.495
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.111.402	(823.434)	287.968	1.113.821	(800.133)	313.688
Máquinas e equipamentos	2.781.034	(1.953.267)	827.767	2.766.671	(1.913.617)	853.054
Veículos	30.641	(26.948)	3.693	31.747	(27.222)	4.525
Móveis e utensílios	13.315	(10.081)	3.234	14.041	(10.735)	3.306
Em Curso	129.311	-	129.311	119.186	-	119.186
Ativos em curso	129.311	-	129.311	119.186	-	119.186
Imobilizado líquido	7.598.174	(4.997.217)	2.600.957	7.558.785	(4.899.564)	2.659.221

Controladora	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.372.367	(4.483.600)	1.888.767	6.354.911	(4.415.024)	1.939.887
Terrenos	243.346	(16.805)	226.541	226.882	(15.919)	210.963
Reservatórios, barragens e adutoras	3.009.217	(2.040.612)	968.605	3.006.652	(2.010.201)	996.451
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.033.317	(789.341)	243.976	1.036.543	(767.280)	269.263
Máquinas e equipamentos	2.042.999	(1.600.179)	442.820	2.039.652	(1.584.089)	455.563
Veículos	30.425	(26.741)	3.684	31.532	(27.027)	4.505
Móveis e utensílios	13.063	(9.922)	3.141	13.650	(10.508)	3.142
Em Curso	85.151	-	85.151	85.318	-	85.318
Ativos em curso	85.151	-	85.151	85.318	-	85.318
Imobilizado líquido	6.457.518	(4.483.600)	1.973.918	6.440.229	(4.415.024)	2.025.205

A movimentação do imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2019
Em serviço	2.540.035	-	28.639	(609)	(96.419)	2.471.646
Terrenos (1)	214.967	-	16.939	-	(1.388)	230.518
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	8.450	-	(40.479)	1.118.466
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.688	-	(16.379)	-	(9.341)	287.968
Máquinas e equipamentos	853.054	-	19.608	(606)	(44.289)	827.767
Veículos	4.525	-	(59)	-	(773)	3.693
Móveis e utensílios	3.306	-	80	(3)	(149)	3.234
Em curso	119.186	34.413	(24.288)	-	-	129.311
Imobilizado líquido	2.659.221	34.413	4.351	(609)	(96.419)	2.600.957

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e para o Ativo de Contrato e Ativo Intangível.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2019
Em serviço	1.939.887	-	18.210	(50)	(69.280)	1.888.767
Terrenos (1)	210.963	-	16.939	-	(1.361)	226.541
Reservatórios, barragens e adutoras	996.451	-	8.327	-	(36.173)	968.605
Edificações, obras civis e benfeitorias	269.263	-	(17.185)	-	(8.102)	243.976
Máquinas e equipamentos	455.563	-	10.045	(50)	(22.738)	442.820
Veículos	4.505	-	(59)	-	(762)	3.684
Móveis e utensílios	3.142	-	143	-	(144)	3.141
Em curso	85.318	18.021	(18.188)	-	-	85.151
Imobilizado líquido	2.025.205	18.021	22	(50)	(69.280)	1.973.918

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e para o Ativo de Contrato.

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2018
Em serviço	2.074.200	-	15.850	(6.479)	(70.847)	2.012.724
Terrenos	207.132	-	-	(3)	(1.220)	205.909
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	111	(1.966)	(36.459)	1.032.791
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	568	(237)	(8.078)	276.872
Máquinas e equipamentos	505.323	-	11.852	(4.273)	(24.293)	488.609
Veículos	3.101	-	2.822	-	(666)	5.257
Móveis e utensílios	2.920	-	497	-	(131)	3.286
Em curso	88.690	17.482	(15.744)	(1.152)	-	89.276
Imobilizado líquido	2.162.890	17.482	106	(7.631)	(70.847)	2.102.000

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2018
Em serviço	2.070.862	-	14.887	(6.478)	(70.760)	2.008.511
Terrenos	207.132	-	-	(3)	(1.220)	205.909
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	3	(1.966)	(36.459)	1.032.683
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	568	(237)	(8.078)	276.872
Máquinas e equipamentos	501.985	-	10.997	(4.272)	(24.206)	484.504
veículos	3.101	-	2.822	-	(666)	5.257
Móveis e utensílios	2.920	-	497	-	(131)	3.286
Em curso	84.985	14.009	(14.781)	(1.152)	-	83.061
Imobilizado líquido	2.155.847	14.009	106	(7.630)	(70.760)	2.091.572

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,18%.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2019	31/12/2018
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,73	217.210	217.210
Depreciação acumulada			(103.654)	(99.287)
Total em operação			113.556	117.923
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	877	603
Total em construção			877	603
Total			114.433	118.526

16. INTANGÍVEIS

Consolidado	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	303.712	(125.761)	177.951	262.559	(71.424)	191.135
Servidão	11.749	(3.001)	8.748	11.749	(2.664)	9.085
Concessão Onerosa	19.169	(12.270)	6.899	19.169	(11.930)	7.239
Ativos da Concessão (1)	210.215	(55.322)	154.893	162.106	-	162.106
Outros	62.579	(55.168)	7.411	69.535	(56.830)	12.705
Em Curso	6.768	-	6.768	6.448	-	6.448
Ativos em formação	6.768	-	6.768	6.448	-	6.448
Intangível Líquido	310.480	(125.761)	184.719	269.007	(71.424)	197.583

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às investidas que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

Controladora	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	93.102	(70.389)	22.713	94.147	(69.880)	24.267
Servidão	11.451	(3.001)	8.450	11.451	(2.664)	8.787
Concessão Onerosa	19.169	(12.270)	6.899	19.169	(11.930)	7.239
Outros	62.482	(55.118)	7.364	63.527	(55.286)	8.241
Em Curso	6.760	-	6.760	6.448	-	6.448
Ativos em formação	6.760	-	6.760	6.448	-	6.448
Intangível Líquido	99.862	(70.389)	29.473	100.595	(69.880)	30.715

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Baixa	Amortização	Saldo em 30/06/2019
Em serviço	191.135	-	(3.717)	(83)	(9.384)	177.951
Servidão	9.085	-	-	-	(337)	8.748
Concessão onerosa	7.239	-	-	-	(340)	6.899
Ativos da Concessão	162.106	-	83	(83)	(7.213)	154.893
Outros	12.705	-	(3.800)	-	(1.494)	7.411
Em Curso	6.448	932	(612)	-	-	6.768
Ativos em formação	6.448	932	(612)	-	-	6.768
Total	197.583	932	(4.329)	(83)	(9.384)	184.719

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviços e para o Ativo Imobilizado.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 30/06/2019
Em serviço	24.267	-	612	(2.166)	22.713
Servidão	8.787	-	-	(337)	8.450
Concessão onerosa	7.239	-	-	(340)	6.899
Outros	8.241	-	612	(1.489)	7.364
Em Curso	6.448	924	(612)	-	6.760
Ativos em formação	6.448	924	(612)	-	6.760
Total	30.715	924	-	(2.166)	29.473

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviços.

Consolidado e Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Capitalização/ Transferência	Baixa	Amortização	Saldo em 30/06/2018
Em serviço	23.922	-	4.184	(115)	(2.241)	25.750
Servidão	9.461	-	-	-	(337)	9.124
Concessão onerosa	7.918	-	-	-	(340)	7.578
Outros	6.543	-	4.184	(115)	(1.564)	9.048
Em Curso	8.718	1.422	(4.184)	-	-	5.956
Ativos em formação	8.718	1.422	(4.184)	-	-	5.956
Total	32.640	1.422	-	(115)	(2.241)	31.706

A taxa de amortização média anual da Companhia e de suas controladas é de 19,95%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia e suas controladas avaliaram os seus contratos e reconheceram um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento:

a) Direito de Uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imóveis	50.022	-	49.941	-
Veículos	13.396	-	12.088	-
	63.418	-	62.029	-

A movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.823	16.379	61.202
Adição	10.348	-	10.348
Amortização	(5.149)	(2.983)	(8.132)
Saldos em 30 de junho de 2019	50.022	13.396	63.418

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.735	14.810	59.545
Adição	10.348	-	10.348
Amortização	(5.142)	(2.722)	(7.864)
Saldos em 30 de junho de 2019	49.941	12.088	62.029

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	61.202	59.545
Adição	10.348	10.348
Juros incorridos	3.740	3.660
Pagamentos efetuados	(11.426)	(11.112)
Saldos em 30 de junho de 2019	63.864	62.441
Passivo circulante	19.531	18.937
Passivo não circulante	44.333	43.504

(1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 7,96% a.a. a 13,17% a.a., conforme o prazo de arrendamento.

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 29.

18. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Suprimento e transporte de energia elétrica	391.657	394.684	382.155	369.797
Materiais e serviços	43.368	90.042	34.584	66.317
	435.025	484.726	416.739	436.114

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS	17.176	18.348	11.577	13.387
PASEP	4.728	4.884	3.266	3.885
COFINS	21.919	22.149	16.337	18.742
INSS	4.375	4.895	3.871	4.046
ISSQN	1.251	1.752	1.047	1.369
Outros	5.337	5.636	4.800	5.024
	54.786	57.664	40.898	46.453
Não Circulante				
PASEP	699	628	593	576
COFINS	4.220	3.817	3.652	3.548
	4.919	4.445	4.245	4.124
	59.705	62.109	45.143	50.577

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 30/06/2019			Consolidado 31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	-	-	-	229
Eurobonds	2024	9,25%	USD	43.441	5.748.300	5.791.741	5.856.124
(-) Custos de Transação				-	(20.013)	(20.013)	(21.319)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(32.213)	(32.213)	(34.269)
Dívida em Moeda Estrangeira				43.441	5.696.074	5.739.515	5.800.765
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2019	IPCA	R\$	185	-	185	185
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	58.093	-	58.093	55.576
Caixa Econômica Federal (3)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	112.999	-	112.999	107.791
Dívida em Moeda Nacional				171.277	-	171.277	163.552
Total de Empréstimos e Financiamentos				214.718	5.696.074	5.910.792	5.964.317
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	2019	IPCA + 6,00%	R\$	-	-	-	156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	359.163	684.185	1.043.348	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	18.997	16.490	35.487	33.322
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única	2021	140,00% do CDI	R\$	341.586	510.619	852.205	1.022.646
(-) Custos de Transação				(9.032)	(13.555)	(22.587)	(27.065)
Total de Debêntures				710.714	1.197.739	1.908.453	2.234.595
Total Geral				925.432	6.893.813	7.819.245	8.198.912

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds

(2) Central Eólica Praias de Parajuru

(3) Central Eólica Volta do Rio

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 30/06/2019			Controladora 31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	-	-	-	229
Eurobonds	2024	9,25%	USD	43.441	5.748.300	5.791.741	5.856.124
(-) Custos de Transação				-	(20.013)	(20.013)	(21.319)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(32.213)	(32.213)	(34.269)
Dívida em Moeda Estrangeira				43.441	5.696.074	5.739.515	5.800.765
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2019	IPCA	R\$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				185	-	185	185
Total de Empréstimos e Financiamentos				43.626	5.696.074	5.739.700	5.800.950
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	2019	IPCA + 6,00%	R\$	-	-	-	156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	359.163	684.185	1.043.348	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	18.997	16.490	35.487	33.322
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única	2021	140,00% do CDI	R\$	341.586	510.619	852.205	1.022.646
(-) Custos de Transação				(9.032)	(13.555)	(22.587)	(27.065)
Total de Debêntures				710.714	1.197.739	1.908.453	2.234.595
Total Geral				754.340	6.893.813	7.648.153	8.035.545

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas							
Dólar Norte Americano	43.441	-	-	-	-	5.748.300	5.791.741
Total por Moedas	43.441	-	-	-	-	5.748.300	5.791.741
Indexadores							
IPCA (1)	41.358	353.477	336.987	347.198	-	-	1.079.020
CDI (2)	171.380	340.412	340.413	-	-	-	852.205
TJLP (3)	171.092	-	-	-	-	-	171.092
Total por Indexadores	383.830	693.889	677.400	347.198	-	-	2.102.317
(-) Custos de Transação	(4.510)	(9.031)	(9.016)	(30)	-	(20.013)	(42.600)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(32.213)	(32.213)
Total Geral	422.761	684.858	668.384	347.168	-	5.696.074	7.819.245

Controladora	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas							
Dólar Norte Americano	43.441	-	-	-	-	5.748.300	5.791.741
Total por Moedas	43.441	-	-	-	-	5.748.300	5.791.741
Indexadores							
IPCA (1)	41.358	353.477	336.987	347.198	-	-	1.079.020
CDI (2)	171.380	340.412	340.413	-	-	-	852.205
Total por Indexadores	212.738	693.889	677.400	347.198	-	-	1.931.225
(-) Custos de Transação	(4.510)	(9.031)	(9.016)	(30)	-	(20.013)	(42.600)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(32.213)	(32.213)
Total Geral	251.669	684.858	668.384	347.168	-	5.696.074	7.648.153

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada no 1º semestre de 2019 %	Varição Acumulada no 1º semestre de 2018 %	Indexador	Varição Acumulada no 1º semestre de 2019 %	Varição Acumulada no 1º semestre de 2018 %
Dólar Norte-Americano	(1,10)	16,56	IPCA	2,22	2,60
			CDI	3,10	3,17
			TJLP	(10,32)	(5,71)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.198.912	8.035.545
Varição Monetária	30.353	26.960
Varição Cambial	(63.904)	(63.904)
Encargos Financeiros Provisionados	398.641	394.309
Amortização dos Custos de Transação	5.784	5.784
Encargos Financeiros Pagos	(430.614)	(430.614)
Amortização de Financiamentos	(319.927)	(319.927)
Saldos em 30 de junho de 2019	7.819.245	7.648.153
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.320.163	8.323.098
Varição Monetária	21.727	21.727
Varição Cambial	548.353	548.353
Encargos Financeiros Provisionados	405.737	405.737
Amortização dos Custos de Transação	9.503	9.503
Encargos Financeiros Pagos	(382.229)	(382.229)
Amortização de Financiamentos	(289.955)	(289.955)
Subtotal	8.633.299	8.636.234
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	7.275	6.297
Saldos em 30 de junho de 2018	8.640.574	8.642.531

Garantias

Em 30 de junho de 2019 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

	30/06/2019
Aval e Fiança	6.818.415
Recebíveis	471.092
Ações	529.738
TOTAL	7.819.245

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Índice Requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	-	Semestral e anual
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	-	-	Manter índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
Parajuru e Volta do Rio (3)	Patrimônio Líquido/Passivo Total	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem *Covenants* Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

As cláusulas restritivas foram atendidas em 30 de junho de 2019, com exceção do descumprimento de “*Covenant*” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o Passivo circulante o montante de R\$171.092, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no Passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos decorrentes deste assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 14, os contratos de financiamento da MESA contêm cláusula facultando aos credores declararem vencimento antecipado dos créditos em razão da ocorrência de pedido de recuperação judicial de quaisquer dos intervenientes nos contratos de financiamento, dentre os quais a Companhia. Em 17 de junho de 2019, as intervenientes dos referidos contratos Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (OPI), Odebrecht Energia do Brasil S.A. (OEB) e Odebrecht S.A entraram com o pedido de recuperação judicial, resultando no descumprimento da cláusula que prevê o vencimento antecipado. A Administração da Companhia avaliou os possíveis reflexos em seus contratos e não identificou condição de *cross default* em decorrência do descumprimento de *covenants* pela MESA.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 29.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Passivo				
Reserva Global de Reversão – RGR	2.761	4.523	-	1.996
Compensação Financ.pela Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	4.996	5.804	2.830	3.737
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	59.486	38.346	59.486	38.346
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	893	851	708	686
Prog.de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	8.585	6.631	8.585	6.631
Fundo Nacional de Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	1.542	1.668	1.102	1.187
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	133.442	139.986	125.943	132.348
Pesquisa Expansão Sistema Energético	956	997	690	732
	212.661	198.806	199.344	185.663
Passivo Circulante	159.472	139.457	151.701	131.615
Passivo Não Circulante	53.189	59.349	47.643	54.048

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017	435.902	398.630	8.441	61.558	904.531
Despesa Reconhecida no Resultado	20.299	20.088	420	3.067	43.874
Contribuições Pagas	(19.746)	(12.169)	(277)	(1.104)	(33.296)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2018	436.455	406.549	8.584	63.521	915.109
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2018	456.211	515.889	10.374	94.372	1.076.846
Despesa Reconhecida no Resultado	20.697	24.505	499	4.529	50.230
Contribuições Pagas	(21.866)	(13.208)	(294)	(1.280)	(36.648)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2019	455.042	527.186	10.579	97.621	1.090.428
				30/06/2019	31/12/2018
Passivo Circulante				60.490	57.052
Passivo Não Circulante				1.029.938	1.019.794

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$42.631 (R\$36.370 no primeiro semestre de 2018), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$7.599 (R\$7.504 no primeiro semestre de 2018).

Dívida pactuada com o fundo de Pensão - FORLUZ

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$139.220 (R\$147.540 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contratos de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho de 2019, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência dos déficits de 2015, 2016 e 2017 apurados no Plano A é de R\$126.588 (R\$85.417 em 31 de dezembro de 2018 referente aos déficits de 2015 e 2016). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, e até 2033 para o déficit de 2017. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2019
Trabalhistas	54.901	12.631	(1.450)	(4.536)	61.546
Cíveis	168	81	-	(73)	176
Tributárias	2.874	29	(749)	(30)	2.124
Regulatórias	2.521	1.224	-	(919)	2.826
Ambientais	48	3	-	-	51
Outras	38.196	2.882	(697)	(113)	40.268
Total	98.708	16.850	(2.896)	(5.671)	106.991

Controladora	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2019
Trabalhistas	54.035	12.631	(589)	(4.537)	61.540
Cíveis	168	81	-	(73)	176
Tributárias	2.874	29	(749)	(30)	2.124
Regulatórias	2.521	1.224	-	(919)	2.826
Outras	38.195	2.719	(697)	(112)	40.105
Total	97.793	16.684	(2.035)	(5.671)	106.771

Consolidado	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2018
Trabalhistas	48.964	12.414	(16)	(2.741)	58.621
Cíveis	251	33	(90)	(33)	161
Tributárias	9.046	-	(340)	-	8.706
Regulatórias	2.206	137	-	(1)	2.342
Ambientais	-	27	-	(27)	-
Outras	35.843	4.222	(2.022)	(101)	37.942
Total	96.310	16.833	(2.468)	(2.903)	107.772

Controladora	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2018
Trabalhistas	48.948	12.414	-	(2.741)	58.621
Cíveis	251	33	(90)	(33)	161
Tributárias	9.046	-	(340)	-	8.706
Regulatórias	2.206	137	-	(1)	2.342
Ambientais	-	27	-	(27)	-
Outras	35.843	4.222	(2.022)	(101)	37.942
Total	96.294	16.833	(2.452)	(2.903)	107.772

A Administração da Companhia e suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$160.155 (R\$164.362 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$59.491 (R\$54.901 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$6.087 (R\$5.072 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$2.055 foram provisionados, em decorrência da avaliação pela Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em abril de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$36.754 (R\$36.391 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$2.124 (R\$2.874 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$23.563 (R\$21.146 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$2.826 (R\$2.521 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$135.463 (R\$139.844 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$40.495 foram provisionados (R\$38.412 em 31 de dezembro de 2018). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$65.666 (R\$64.786 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$66.866 (R\$71.554 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$373.413 (R\$330.390 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na análise dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$78.690 (R\$76.209 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$81.164 (R\$74.572 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$332.866 (R\$317.460 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Companhia e suas subsidiárias. Esta decisão confirmada no julgamento do Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região. Contra este novo julgamento foi interposto recurso especial sendo que em junho de 2019 o processo foi baixado, tendo em vista que a ação anulatória proposta pela APINE transitou em julgado, tornando definitivo e irreversível o provimento jurisdicional que declarou a nulidade da Resolução CNPE nº 3/2013, na parte em que inclui os agentes de geração no rateio do custo do despacho adicional de usina para garantir o suprimento energético, mantendo-se definitivamente intacta a sistemática da Resolução CNPE nº 8/2007.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF) e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, sendo a decisão final de competência do STJ e do STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$157.438 (R\$147.636 em 31 de dezembro de 2018).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$91.954 (R\$87.159 em 31 de dezembro de 2018).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$10.626 (R\$10.738 em 31 de dezembro de 2018), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Capital Social

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$2.600.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Lucro por ação – básico e diluído

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2019	30/06/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro (Prejuízo) Líquido do período	925.713	66.888	342.497	(180.390)
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação – básico e diluído (em R\$)	0,3196	0,0231	0,1182	(0,0623)

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 29 tem potencialmente o poder de diluir os lucros por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Ajustes de avaliação patrimonial

A composição dos ajustes de avaliação patrimonial é demonstrada como segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(406.692)	(406.692)
Custo Atribuído de Imobilizado	416.689	424.214
Ajustes de avaliação patrimonial	9.997	17.522

Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Reservas de Lucros		
Reserva legal	170.269	170.269
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	43.850	45.016
Reserva de retenção de lucros	2.147.329	2.147.329
	2.361.448	2.362.614

25. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	3.423.710	3.245.172	3.067.168	3.008.603
Receita de Transmissão – com impostos (b)	336.060	294.712	337.976	296.622
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	176.151	156.980	-	-
Receita de Construção (d)	82.989	4.732	82.989	4.732
Transações com energia na CCEE (e)	404.037	154.151	392.118	146.787
Receita de Indenização da Transmissão (f)	90.420	146.519	90.420	146.519
Receita de Indenização da Geração	-	34.463	-	34.463
Ressarcimentos contratuais	64.640	-	64.640	-
Recuperação de créditos de Pis/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 9)	424.403	-	408.612	-
Outras receitas operacionais	91.748	27.655	41.070	37.874
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(896.585)	(788.709)	(806.913)	(729.066)
	4.197.573	3.275.675	3.678.080	2.946.534

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.693.260	1.714.697	1.514.141	1.590.702
Receita de Transmissão – com impostos (b)	172.904	151.166	173.861	152.122
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	95.363	75.153	-	-
Receita de Construção (d)	54.902	3.669	54.902	3.669
Transações com energia na CCEE (e)	144.821	32.417	150.229	40.112
Receita de Indenização da Transmissão (f)	57.921	96.678	57.921	96.678
Receita de Indenização da Geração	-	17.218	-	17.218
Ressarcimentos Contratuais	2.064	-	2.064	-
Recuperação de créditos de Pis/Pasep e Cofins sobre ICMS	424.403	-	408.612	-
Outras receitas operacionais	44.355	14.388	18.182	18.979
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(447.296)	(392.195)	(401.431)	(362.330)
	2.242.697	1.713.191	1.978.481	1.557.150

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Jun/2019		Jan a Jun/2018		Jan a Jun/2019		Jan a Jun/2018	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	6.557.653	1.493.622	6.997.103	1.554.617	5.793.177	1.366.804	6.450.956	1.430.822
Comercial	2.001.876	425.165	1.536.251	347.911	1.985.884	418.896	1.536.251	347.911
Rural	1.029	261	315	78	1.029	261	315	78
Subtotal	8.560.558	1.919.048	8.533.669	1.902.606	7.780.090	1.785.961	7.987.522	1.778.811
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	30.274	-	(4.612)	-	25.200	-	(6.900)
	8.560.558	1.949.322	8.533.669	1.897.994	7.780.090	1.811.161	7.987.522	1.771.911
Suprim. Outras Concessionárias (2)	5.563.323	1.493.358	5.590.372	1.420.996	5.391.263	1.278.004	5.590.372	1.310.510
Suprimento não Faturado Líquido	-	(18.970)	-	(73.818)	-	(21.997)	-	(73.818)
	14.123.881	3.423.710	14.124.041	3.245.172	13.171.353	3.067.168	13.577.894	3.008.603

	Consolidado				Controladora			
	Abr a Jun/2019		Abr a Jun/2018		Abr a Jun/2019		Abr a Jun/2018	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	3.326.304	768.521	3.733.998	790.961	2.920.604	699.481	3.430.046	724.228
Comercial	1.082.661	221.814	851.996	180.103	1.074.733	218.619	851.996	180.103
Rural	525	135	315	78	525	135	315	78
Subtotal	4.409.490	990.470	4.586.309	971.142	3.995.862	918.235	4.282.357	904.409
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	5.842	-	40.874	-	1.500	-	39.300
	4.409.490	996.312	4.586.309	1.012.016	3.995.862	919.735	4.282.357	943.709
Suprim. Outras Concessionárias (2)	2.454.621	659.182	2.969.502	741.733	2.384.281	555.706	2.969.502	686.045
Suprimento não Faturado Líquido	-	37.766	-	(39.052)	-	38.700	-	(39.052)
	6.864.111	1.693.260	7.555.811	1.714.697	6.380.143	1.514.141	7.251.859	1.590.702

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a construção, operação e manutenção (O&M) das linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo da concessão, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$7.834 no semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$9.671 no semestre findo em 30 de junho de 2018).

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas informações financeiras intermediárias.

(d) Receita de Construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho atendida por construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos de contrato. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar esta receita com margem de lucro zero.

(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$90.420 (R\$146.519 no semestre findo em 30 de junho de 2018) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber.

Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 e 13 destas informações financeiras intermediárias.

(g) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Tributos sobre a Receita				
ICMS	294.464	271.101	259.078	248.819
COFINS	333.256	301.999	300.686	277.010
PIS-PASEP	73.511	65.543	65.280	60.139
ISSQN	3.409	1.178	1.386	1.178
	704.640	639.821	626.430	587.146
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	8.737	9.313	7.670	9.313
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	116.301	73.861	116.301	73.861
PROINFA	26.329	19.443	26.329	19.443
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7.603	6.477	6.161	5.251
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	7.603	6.477	6.161	5.251
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.801	3.238	3.079	2.625
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	5.059	3.939	3.948	3.069
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	16.512	26.140	10.834	23.107
	191.945	148.888	180.483	141.920
	896.585	788.709	806.913	729.066

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Tributos sobre a Receita				
ICMS	153.722	134.515	134.225	122.503
COFINS	158.620	155.163	141.803	143.313
PIS-PASEP	34.438	33.669	30.786	31.114
ISSQN	1.631	630	592	630
	348.411	323.977	307.406	297.560
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR (reversão)	4.185	4.625	3.746	4.625
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	64.520	35.190	64.520	35.190
PROINFA	13.024	9.202	13.024	9.202
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.246	3.385	2.547	2.800
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	3.246	3.385	2.547	2.800
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.622	1.692	1.272	1.400
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	2.529	1.944	1.974	1.508
Compensação Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	6.513	8.795	4.395	7.245
	98.885	68.218	94.025	64.770
	447.296	392.195	401.431	362.330

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Pessoal (a)	168.274	164.930	157.700	152.435
Participação dos Empregados no Resultado	42.331	4.511	42.282	4.511
Obrigações Pós-Emprego (Recuperação de Despesas)	42.631	36.370	42.631	36.370
Materiais	10.155	4.889	7.683	4.062
Serviços de Terceiros (b)	78.649	61.747	59.075	56.176
Depreciação e Amortização	113.935	73.088	79.310	73.001
Provisões (c)	743.008	39.576	735.079	39.592
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	92.253	125.521	67.052	108.654
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	1.699.161	1.692.509	1.696.797	1.666.009
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	82.989	4.732	82.989	4.732
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	18.165	30.692	16.878	29.853
	3.091.551	2.238.565	2.987.476	2.175.395

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Pessoal (a)	77.669	85.391	71.669	77.972
Participação dos Empregados no Resultado	27.042	(79)	27.053	(79)
Obrigações Pós-Emprego (Recuperação de Despesas)	20.963	18.507	20.963	18.507
Materiais	4.646	2.840	2.767	2.371
Serviços de Terceiros (b)	44.171	34.829	33.116	31.227
Depreciação e Amortização	66.813	36.539	40.434	36.493
Provisões (c)	712.897	30.577	712.047	30.593
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	46.168	55.879	33.806	46.880
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	916.241	897.095	920.250	880.043
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	54.902	3.669	54.902	3.669
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	11.020	17.906	9.203	17.473
	1.982.532	1.183.153	1.926.210	1.145.149

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019)

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 01 a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019 incluindo as verbas rescisórias foi de R\$17.502 correspondente à adesão total de 120 empregados, sendo R\$11.648 reconhecidos no resultado do exercício de 2018 (78 empregados) e R\$5.854 reconhecidos no resultado do primeiro semestre de 2019 (42 empregados).

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Comunicação	1.745	1.320	1.471	1.288
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	18.900	6.359	10.877	6.823
Conservação e Limpeza de Prédios	13.606	14.450	10.315	11.706
Mão de Obra Contratada	2.291	4.392	671	4.392
Fretes e Passagens	1.223	1.059	1.221	1.058
Hospedagem e Alimentação	1.703	1.447	1.692	1.429
Vigilância	3.877	5.215	2.660	4.225
Consultoria	2.463	953	2.270	953
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	446	284	364	258
Tecnologia da Informação	4.774	4.289	4.113	3.614
Manutenção e Conservação de Veículos	181	156	148	143
Energia Elétrica	1.893	1.960	1.615	1.808
Meio Ambiente	5.980	2.914	4.204	2.172
Limpeza de Faixas	2.048	2.155	2.036	2.155
Serviços de Reprografia	596	537	498	504
Serviços advocatícios e Custas Processuais	2.473	1.882	2.366	1.882
Outros	14.450	12.375	12.554	11.766
	78.649	61.747	59.075	56.176

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Comunicação	801	680	644	672
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	12.450	4.247	6.772	3.772
Conservação e Limpeza de Prédios	6.576	7.285	4.985	5.962
Mão de Obra Contratada	535	2.953	305	2.953
Fretes e Passagens	627	721	625	720
Hospedagem e Alimentação	937	731	931	723
Vigilância	2.021	2.796	1.381	2.340
Consultoria	1.548	397	1.447	397
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	201	136	163	126
Tecnologia da Informação	4.244	2.386	3.661	1.926
Manutenção e Conservação de Veículos	118	87	96	80
Energia Elétrica	896	863	746	785
Meio Ambiente	2.695	1.412	1.780	929
Limpeza de Faixas	949	1.157	938	1.157
Serviços de Reprografia	352	158	297	153
Serviços advocatícios e Custas Processuais	886	1.204	814	1.204
Outros	8.335	7.616	7.531	7.328
	44.171	34.829	33.116	31.227

c) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	19.077	152	10.453	152
Perda estimada para Outros Créditos a Receber	-	453	-	453
Perda estimada com Partes Relacionadas (nota 28)	688.031	-	688.031	-
Provisão (Reversão) para Contingências (nota 23)				
Trabalhistas	11.181	12.398	12.042	12.414
Cíveis	81	(57)	81	(57)
Tributárias	(720)	(340)	(720)	(340)
Regulatórias	1.224	137	1.224	137
Ambientais	3	27	-	27
Outras	2.185	2.200	2.022	2.200
	13.954	14.365	14.649	14.381
	721.062	14.970	713.133	14.986
Varição de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 29)	21.946	24.606	21.946	24.606
	743.008	39.576	735.079	39.592

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	2.379	19	1.686	19
Perda estimada com Partes Relacionadas (nota 28)	688.031	-	688.031	-
Provisão (Reversão) para Contingências (nota 23)	-	-	-	-
Trabalhistas	10.014	7.557	10.022	7.573
Cíveis	77	(90)	77	(90)
Tributárias	(384)	(345)	(384)	(345)
Regulatórias	213	79	213	79
Ambientais	2	-	-	-
Outras	1.627	3.208	1.464	3.208
	11.549	10.409	11.392	10.425
	701.959	10.428	701.109	10.444
Varição de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 29)	10.938	20.149	10.938	20.149
	712.897	30.577	712.047	30.593

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Energia de curto prazo – CCEE (recuperação de despesas)	26.324	54.745	21.794	45.976
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.838.169	1.796.774	1.839.648	1.777.639
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(165.332)	(159.010)	(164.645)	(157.606)
	1.699.161	1.692.509	1.696.797	1.666.009

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Energia de curto prazo – CCEE (recuperação de despesas)	31.637	50.248	28.404	41.481
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.006.355	931.670	1.007.834	922.797
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(121.751)	(84.823)	(115.988)	(84.235)
	916.241	897.095	920.250	880.043

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Pessoal	4.058	2.383	4.058	2.383
Materiais	48.076	1.010	48.076	1.010
Serviços de Terceiros	30.840	2.206	30.840	2.206
Outros	15	(867)	15	(867)
	82.989	4.732	82.989	4.732

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Pessoal	2.259	2.290	2.259	2.290
Materiais	31.392	449	31.392	449
Serviços de Terceiros	21.248	1.893	21.248	1.893
Outros	3	(963)	3	(963)
	54.902	3.669	54.902	3.669

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Arrendamentos e Aluguéis	1.936	11.493	1.547	11.178
Propaganda e Publicidade	432	407	432	388
Subvenções e Doações	966	677	920	677
Despesa Concessão Onerosa	1.287	1.446	1.287	1.446
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.393	613	1.114	529
Anuidade CCEE	1.457	2.079	1.456	2.079
Seguros	2.444	1.714	1.728	1.713
Resultado na desativação e alienação de bens em serviço	2.770	312	2.770	312
FORLUZ – Custeio Administrativo	3.104	3.457	3.104	3.457
Outros	2.376	8.494	2.520	8.074
	18.165	30.692	16.878	29.853

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Arrendamentos e Aluguéis (recuperação de despesas)	87	5.766	(167)	5.607
Propaganda e Publicidade	107	211	107	192
Subvenções e Doações	46	568	-	568
Despesa Concessão Onerosa	659	668	659	668
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	870	271	843	240
Anuidade CCEE	686	1.014	686	1.014
Seguros	1.228	762	776	761
Resultado na desativação e alienação de bens em serviço	871	127	871	127
FORLUZ – Custeio Administrativo	1.614	1.494	1.615	1.494
Outros	4.852	7.025	3.813	6.802
	11.020	17.906	9.203	17.473

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	21.165	19.218	8.814	12.899
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	11.553	5.909	3.016	3.510
Variação Monetária	8.680	7.238	8.464	7.060
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados a litígios	5.761	5.622	5.503	5.622
Variações Cambiais de empréstimos e financiamentos (Nota 20)	63.904	-	63.904	-
Rendas de Antecipação de Pagamento	228	11.850	148	9.287
Ganhos com Inst. Financeiros Derivativos (Swap) (Nota 29)	613.394	180.429	613.394	180.429
Encargos de créditos com pessoas ligadas (Nota 28)	45.979	-	45.979	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (Nota 9)	241.415	-	231.551	-
Outras	12.289	26.425	11.658	26.387
PIS/Pasep e Cofins sobre Receitas Financeiras	(10.171)	(3.377)	(9.629)	(3.011)
	1.014.197	253.314	982.802	242.183
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos (Nota 20)	(398.641)	(405.737)	(394.309)	(405.737)
Amortização do custo de transação (Nota 20)	(5.784)	(9.503)	(5.784)	(9.503)
Variação Monetária – Forluz	(7.599)	(7.504)	(7.599)	(7.504)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos (Nota 20)	(30.353)	(21.727)	(26.960)	(21.727)
Variações Monetárias	(5.472)	(6.553)	(5.270)	(6.421)
Variações Cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	-	(548.353)	-	(548.353)
Atualização Financeira - Adiantamento de Clientes (Nota 7)	(627)	(5.411)	(627)	(5.411)
Variação monetária de arrendamento (nota 17)	(3.740)	-	(3.660)	-
Outras	(3.135)	(3.798)	(1.098)	(2.357)
	(455.351)	(1.008.586)	(445.307)	(1.007.013)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	558.846	(755.272)	537.495	(764.830)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	12.393	8.821	4.792	5.736
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	5.855	2.762	1.472	1.581
Variação Monetária	5.127	2.802	4.918	2.624
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados a litígios	2.740	3.271	2.605	3.271
Variações Cambiais de empréstimos e financiamentos (Nota 19)	96.751	-	96.751	-
Rendas de Antecipação de Pagamento	100	6.484	83	5.529
Ganhos com Inst. Financeiros Derivativos (Swap)	461.083	82.912	461.083	82.912
Encargos de créditos com pessoas ligadas	23.315	-	23.315	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	241.415	-	231.551	-
Outras	9.791	15.366	9.592	15.367
PIS/Pasep e Cofins sobre Receitas Financeiras	(8.269)	(1.748)	(7.918)	(1.586)
	850.301	120.670	828.244	115.434
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(200.177)	(216.474)	(195.845)	(216.474)
Amortização do custo de transação	(2.907)	(3.293)	(2.907)	(3.293)
Variação Monetária – Forluz	(4.153)	(3.429)	(4.153)	(3.429)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos	(12.899)	(8.610)	(13.612)	(8.610)
Variações Monetárias	(2.729)	(3.732)	(2.626)	(3.661)
Variações Cambiais de empréstimos e financiamentos	-	(532.425)	-	(532.425)
Atualização Financeira - Adiantamento de Clientes	(86)	(2.567)	(86)	(2.567)
Variação monetária de arrendamento	(2.023)	-	(1.984)	-
Outras	(1.121)	(353)	(491)	(346)
	(226.095)	(770.883)	(221.704)	(770.805)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	624.206	(650.213)	606.540	(655.371)

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	536	-	-	-	(541)
Prestação de Serviços (2)	936	948	476	1.376	936	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	617.121	659.622	-	-	-	-
Valor a receber (3)	-	6.243	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Mútuo Partes Relacionadas (4)	376.362	408.114	-	-	14.847	-	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	5.484	5.669	60.559	64.111	33.087	17.146	(331.154)	(324.342)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	-	6.785	-	-	-	4.026	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	7.244	5.785	249	332	(38.016)	(36.847)
Prestação de Serviço (7)	1.129	1.792	-	-	4.728	5.964	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	90.664	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	130	130	-	-	9.199	8.287	-	-
Adiantamento de entrega futura de Energia (8)	30.198	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de Energia (8)	20.150	-	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de Serviço (7)	211	211	-	-	466	446	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	13.563	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	2.010	1.424	-	-	(9.178)	(9.012)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.991	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.718	5.718	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	1.699	1.303	-	-	(8.047)	(9.154)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	66	-	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	772	515	-	-	(772)	(66.548)
Não Circulante								
Contas a receber (9)	-	594.323	-	-	93.708	19.786	688.031	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	330	374	416	403	30.860	30.155	(2.394)	(512)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	1.460	1.460	-	-	(6.781)	(11.300)
Prestação de Serviço (7)	174	130	-	-	299	282	-	-
Outras Partes Relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	2.197	-	-	-	4.058	663	-	-
Operações com Energia Elétrica (5)	22.943	22.303	1.591	792	128.005	122.180	(12.683)	(12.184)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	76.294	53.038	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	274.108	159.616	-	-	5.201	2.176	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	-	21.498	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (10)	-	-	31.258	27.876	-	-	(20.697)	(20.299)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (11)	-	-	-	-	-	-	(10.240)	(9.608)
Custeio Administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(3.104)	(3.457)
Arrendamento Operacional (13)	-	-	13.069	382	-	-	(7.686)	(6.565)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (10)	-	-	423.784	428.335	-	-	-	-
Arrendamento Operacional (13)	47.875	-	35.624	-	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	27.747	26.940	-	-	(25.004)	(20.508)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	-	-	510.018	499.323	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Refere-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações (incorporada pela Cemig em 31/03/2018) e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016;
- (3) Refere-se ao valor devolvido pela controladora Cemig em decorrência de ajuste no laudo de avaliação a valores contábeis da reestruturação societária de subsidiárias integrais de geração e comercialização;
- (4) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora Cemig no montante de R\$400.000. O mútuo é acrescido de juros correspondentes a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig uma Nota Promissória no valor global de R\$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período 15 meses de vigência do contrato. O saldo total em 30 de junho de 2019 é R\$376.362. Em 19 de julho de 2019 o mútuo foi amortizado integralmente no montante total de R\$377.746;
- (5) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (6) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feitos em 2017 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia pela Cemig GT. O pagamento da última parcela foi realizado em janeiro de 2019;
- (7) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção;
- (8) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feito em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecido através de Leilão e contrato registrado na CCEE. No período de 01/06/2019 à 30/06/2019 a Norte Energia entregou energia contratada no valor de R\$10.267. No período de 01/01/2020 à 31/12/2020 entregará energia elétrica contratada referente ao montante total de R\$40.081, deste total, R\$19.931 está apresentado no ativo circulante e o montante de R\$20.150 no ativo não circulante em 30 de junho de 2019. Não há previsão de atualização financeira para o contrato;
- (9) Conforme mencionado na nota explicativa nº 17 (b), em junho de 2019, em face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, foi registrada uma perda estimada na realização dos créditos pelo valor integral do saldo, no montante total de R\$688 milhões;
- (10) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide Nota Explicativa nº 22);
- (11) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (12) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (13) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e fevereiro de 2019 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034, estando esta em fase final de renovação), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses conforme preço de mercado (vide nota explicativa 17).
- (14) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 22).

Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Cemig Geração Itutinga	-	-	5.129	-
Cemig Geração Sul	-	-	5.695	-
Cemig Geração Leste	-	-	1.506	-
Rosal	-	-	9.447	-
UTE Barreiro	-	-	294	-
CCEI	-	-	532	-
Cemig Trading	-	-	176	-
Aliança Geração	-	90.664	-	90.664
Outras	24.618	8.178	24.618	8.178
	24.618	98.842	47.397	98.842

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2019, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2019			31/12/2018		
				Cemig GT 4,30%	Demais controladas 8,32% (1)	Total (consolidado) 12,62%	Cemig GT 0,74%	Demais controladas 8,65% (1)	Total (consolidado) 9,39%
ETAU (2)	Debêntures	108% do CDI	01/12/2019	432	836	1.268	75	870	945
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	-	-	-	54	620	674
CEMIG D	Nota Promissória	151% do CDI	24/10/2019	2.394	4.630	7.024	397	4.599	4.996
				2.826	5.466	8.292	526	6.089	6.615

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos;

(2) ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos período findos em 30 de junho de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Remuneração	1.577	2.825
Participação nos Resultados	542	490
Benefícios Assistenciais	177	318
	2.296	3.633

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	30/06/2019		31/12/2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e Valores Mobiliários	2	38.465	38.465	28.312	28.312
Consumidores, Revendedores e Concessionários Transporte de Energia	2	1.260.099	1.260.099	956.059	956.059
Fundos Vinculados	2	19.059	19.059	90.710	90.710
Valores a receber de partes relacionadas	2	378.602	378.602	921.288	921.288
Depósitos Vinculados a Litígios	2	354.748	354.748	374.374	374.374
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	3	2.457.733	2.457.733	2.408.930	2.408.930
Indenizações a Receber – Transmissão	3	1.323.042	1.323.042	1.296.314	1.296.314
		5.831.748	5.831.748	6.075.987	6.075.987
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2	309.427	309.427	297.561	297.561
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras – Bancos	2	159.699	159.699	96.876	96.876
Letras Financeiras do Tesouro	1	73.995	73.995	56.572	56.572
Debêntures	2	2.085	2.085	1.586	1.586
		545.206	545.206	452.595	452.595
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	1.384.270	1.384.270	813.335	813.335
Indenizações a Receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		2.200.472	2.200.472	1.629.537	1.629.537
		8.577.426	8.577.426	8.158.119	8.158.119
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(7.819.245)	(7.819.245)	(8.198.912)	(8.198.912)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(139.220)	(139.220)	(147.540)	(147.540)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - Forluz	2	(126.588)	(126.588)	(85.417)	(85.417)
Concessões a Pagar	3	(19.357)	(19.357)	(18.747)	(18.747)
Fornecedores	2	(435.025)	(435.025)	(484.726)	(484.726)
Arrendamentos (2)	2	63.864	63.864	-	-
		(8.475.571)	(8.475.571)	(8.935.342)	(8.935.342)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	3	(441.094)	(441.094)	(419.148)	(419.148)
		(8.916.665)	(8.916.665)	(9.354.490)	(9.354.490)

(1) Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

(2) Os arrendamentos foram reconhecidos em função da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2). Mais informações na nota explicativa nº 17.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classificam os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig GT.

Indenizações a Receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido a partir da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas no item “b) Instrumentos Financeiros Derivativos”, desta nota explicativa.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 1,63% a 3,23%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Companhia utiliza o modelo *Black-Scholes-Merton* (“BSM”) para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG. Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se fossem participações diretas na MESA. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de junho de 2019 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$441.094 (R\$419.148 em 31 de dezembro de 2018), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor Justo	24.606
Saldo em 30 de junho de 2018	336.199
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	21.946
Saldo em 30 de junho de 2019	441.094

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 3,85% a 7,85% ao ano e volatilidade entre 17% e 77% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$421.128 e R\$463.799, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos vinculados à variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 30 de junho de 2019, no montante de R\$613.394 (ajuste positivo de R\$180.429 em 30 de junho de 2018), registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora dos instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 30/06/2019	Valor justo 30/06/2019	Valor Conforme contrato 31/12/2018	Valor justo 31/12/2018
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	592.948	1.021.334	679.530	626.888
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	1.804	362.936	32.781	186.447
					594.752	1.384.270	712.311	813.335
Ativo circulante						114.916		69.643
Ativo não circulante						1.269.354		743.692

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* (opções) do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca de cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* (opções) do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

(2) Em milhares de dólares.

A Companhia utiliza metodologia de marcação à mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes*.

O valor justo apurado em 30 de junho de 2019 foi de R\$1.384.270 (R\$813.335 em 31 de dezembro de 2018), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 30 de junho de 2019, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o valor registrado em 30 de junho de 2019 foi de R\$594.752 (R\$712.311 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do período contábil, em R\$ 981.462 milhões referente à opção (*call spread*) e R\$ 407.752 referentes ao *swap*, totalizando R\$ 1.389.214.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução em 25% e 50% do valor justo estimado para o cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 30/06/2019	Cenário provável	Cenário Possível Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 25%	Cenário Remoto Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 50%
Swap ponta ativa	6.294.855	6.239.746	5.240.047	4.320.787
Swap ponta passiva	(5.887.031)	(5.831.994)	(5.964.152)	(6.086.270)
Opção/Call Spread	976.446	981.462	981.462	981.462
Instrumento derivativo de hedge	1.384.270	1.389.214	257.357	(784.021)

Foram aplicados ao cálculo do valor justo estimado os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2019, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativos				
Equivalentes de Caixa - (nota 5) – CDI	309.427	297.561	165.491	223.247
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6) – CDI/Selic	274.244	183.346	93.544	14.631
Contas a Receber – Renova (nota 28) – CDI	-	507.038	-	507.038
Mútuo com partes relacionadas (nota 28) – CDI	376.362	408.114	376.362	408.114
Fundos Vinculados – CDI	19.059	90.710	19.006	90.656
	979.092	1.486.769	654.403	1.243.686
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – CDI (nota 20)	(852.205)	(1.022.646)	(852.205)	(1.022.646)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – TJLP (nota 20)	(171.092)	(163.367)	-	-
	(1.023.297)	(1.186.013)	(852.205)	(1.022.646)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	(44.205)	300.756	(197.802)	221.040

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de junho de 2020, a taxa SELIC será de 5,25% e a taxa TJLP será de 5,5826%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais Consolidado	30/06/2019		30/06/2020	
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 5,25% TJLP 5,5826%	Cenário Possível -25% SELIC 6,5625% TJLP 6,9783%	Cenário Remoto -50% SELIC 7,8750% TJLP 8,3739%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	309.427	325.672	329.733	333.794
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	274.244	288.642	292.241	295.841
Contas a Receber – Renova (nota 28)	-	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas (nota 28)	376.362	396.121	401.061	406.001
Fundos Vinculados	19.059	20.060	20.310	20.560
	979.092	1.030.495	1.043.345	1.056.196
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 20)	(852.205)	(896.946)	(908.131)	(919.316)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 20)	(171.092)	(180.643)	(183.031)	(185.419)
	(1.023.297)	(1.077.589)	(1.091.162)	(1.104.735)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	(44.205)	(47.094)	(47.817)	(48.539)
Efeito Líq. da Variação das Taxas de Juros		(2.889)	(3.612)	(4.334)

Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 12)	2.457.733	2.408.930	-	-
Transmissão – Indenização a Receber – IPCA (nota 12)	1.323.042	1.296.314	1.323.042	1.296.314
	3.780.775	3.705.244	1.323.042	1.296.314
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(1.079.020)	(1.239.199)	(1.079.020)	(1.239.199)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 22)	(139.220)	(147.540)	(139.220)	(147.540)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 22)	(126.588)	(85.417)	(126.588)	(85.417)
	(1.344.828)	(1.472.156)	(1.344.828)	(1.472.156)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	2.435.947	2.233.088	(21.786)	(175.842)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de junho de 2020, a taxa IPCA será de 3,6472%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação Consolidado	30/06/2019		30/06/2020	
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 3,6472%	Cenário Possível - 25% IPCA 2,7354%	Cenário Remoto -50% IPCA 1,8236%
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 12)	2.457.733	2.547.371	2.524.962	2.502.552
Transmissão – Indenização a Receber – IPCA (nota 12)	1.323.042	1.371.296	1.359.232	1.347.169
	3.780.775	3.918.667	3.884.194	3.849.721
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 20)	(1.079.020)	(1.118.374)	(1.108.536)	(1.098.697)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 22)	(139.220)	(144.298)	(143.028)	(141.759)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 22)	(126.588)	(131.205)	(130.051)	(128.896)
	(1.344.828)	(1.393.877)	(1.381.615)	(1.369.352)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	2.435.947	2.524.790	2.502.579	2.480.369
Efeito Líquido da Variação da inflação		88.843	66.632	44.422

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	30/06/2019		31/12/2018	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	(1.511.336)	(5.791.741)	(1.511.336)	(5.856.124)
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	-	-	(52)	(229)
(Passivo) Líquido Exposto		(5.791.741)		(5.856.353)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de junho de 2020, será uma redução de 0,4854% para o dólar (R\$3,8136). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	30/06/2019		30/06/2020	
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 3,8136	Cenário +25% Dólar 4,7670	Cenário +50% Dólar 5,7204
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	(5.791.741)	(5.763.630)	(7.204.538)	(8.645.445)
(Passivo) Líquido Exposto	(5.791.741)	(5.763.630)	(7.204.538)	(8.645.445)
Efeito Líquido da Variação Cambial		28.111	(1.412.797)	(2.853.704)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de *swap* para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em maiores detalhes no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

Risco de Liquidez

A Cemig GT apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer decréscimo nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento a cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, gerar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia para com fornecedores, bem como relativo a dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	53.746	69.051	1.323.745	4.097.726	6.483.098	12.027.366
Concessões a pagar	220	432	1.901	8.681	13.959	25.193
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.673	5.346	24.520	144.147	-	176.686
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	1.184	2.373	27.183	47.522	157.168	235.430
Arrendamentos	1.779	3.558	16.011	32.055	103.163	156.566
	59.602	80.760	1.393.360	4.330.131	6.757.388	12.621.241
Pré-fixadas						
Fornecedores	431.054	3.801	-	32	138	435.025
	490.656	84.561	1.393.360	4.330.163	6.757.526	13.056.266

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	53.746	69.051	1.323.745	3.926.637	6.483.098	11.856.277
Concessões a pagar	220	432	1.901	8.681	13.959	25.193
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.673	5.346	24.520	144.147	-	176.686
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	1.184	2.373	27.183	47.522	157.168	235.430
Arrendamentos	1.727	3.454	15.541	31.081	103.106	154.909
	59.550	80.656	1.392.890	4.158.068	6.757.331	12.448.495
Pré-fixadas						
Fornecedores	413.364	3.366	9	-	-	416.739
	472.914	84.022	1.392.899	4.158.068	6.757.331	12.865.234

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 30 de junho de 2019, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$29.102.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada periodicamente.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo igual ou superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em **quatro** grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
RF	Instituições cujo risco de crédito é do Governo Federal	-	Entre 6% e 9%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos RF e A1 deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Antecipação do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, com exceção do descumprimento de “*Covenant*” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do RioMais detalhes na nota explicativa nº 20.

d) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Total do Passivo	11.842.031	11.971.944	11.503.243	11.591.625
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	(310.194)	(301.696)	(165.875)	(226.830)
Passivo Líquido	11.531.837	11.670.248	11.337.368	11.364.795
Total do Patrimônio Líquido	5.905.849	4.980.136	5.905.849	4.980.136
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,95	2,34	1,92	2,28

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

As informações por segmento referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 estão apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	30 de junho de 2019			
	Geração	Transmissão	Comercialização (1)	Total
ATIVO	14.853.229	2.775.633	119.018	17.747.880
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.212.660	-	-	4.212.660
ADIÇÕES AO SEGMENTO	56.139	-	-	56.139
ADIÇÕES AO ATIVO DE CONTRATO	-	82.989	-	82.989
RECEITA LÍQUIDA	3.804.656	329.457	63.460	4.197.573
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia de Uso da Rede Básica de Transmissão	(92.253)	-	-	(92.253)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(1.699.161)	-	-	(1.699.161)
	(1.791.414)	-	-	(1.791.414)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(108.064)	(60.092)	(118)	(168.274)
Participação dos Empregados no Resultado	(24.743)	(17.588)	-	(42.331)
Obrigações Pós Emprego (Recuperação de Despesas)	(24.447)	(18.184)	-	(42.631)
Materiais	(8.020)	(2.135)	-	(10.155)
Serviços de Terceiros	(58.087)	(20.422)	(140)	(78.649)
Depreciação e Amortização	(111.236)	(2.699)	-	(113.935)
Provisões	(733.227)	(9.781)	-	(743.008)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(82.989)	-	(82.989)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(10.605)	(7.550)	(10)	(18.165)
	(1.078.429)	(221.440)	(268)	(1.300.137)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.869.843)	(221.440)	(268)	(3.091.551)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.753	-	-	8.753
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	943.566	108.017	63.192	1.114.775
Receitas Financeiras	946.388	65.550	2.259	1.014.197
Despesas Financeiras	(409.415)	(45.928)	(8)	(455.351)
Resultado antes do IR e CSLL	1.480.539	127.639	65.443	1.673.621
Imposto de Renda e Contribuição Social	(680.745)	(59.037)	(8.126)	(747.908)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	799.794	68.602	57.317	925.713

(1) Novo segmento operacional apresentado em função da aquisição de controladas no processo de reestruturação societária do Grupo Cemig, em dezembro de 2018.

DESCRIÇÃO	30 de junho de 2018		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	13.886.141	2.681.673	16.567.814
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.709.952	-	4.709.952
ADIÇÕES AO SEGMENTO	168.822	-	168.822
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	4.732	4.732
RECEITA LÍQUIDA	2.948.986	326.689	3.275.675
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.692.509)	-	(1.692.509)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(125.521)	-	(125.521)
	(1.818.030)	-	(1.818.030)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(112.355)	(52.575)	(164.930)
Participação dos Empregados no Resultado	(2.934)	(1.577)	(4.511)
Obrigações Pós Emprego (recuperação de despesas)	(23.053)	(13.317)	(36.370)
Materiais	(3.162)	(1.727)	(4.889)
Serviços de Terceiros	(42.867)	(18.880)	(61.747)
Depreciação e Amortização	(73.088)	-	(73.088)
Provisões	(35.614)	(3.962)	(39.576)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(4.732)	(4.732)
Outros Custos e Despesas Operacionais, Líquidos	(22.892)	(7.800)	(30.692)
	(315.965)	(104.570)	(420.535)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.133.995)	(104.570)	(2.238.565)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(140.412)	-	(140.412)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	674.579	222.119	896.698
Receitas Financeiras	238.674	14.640	253.314
Despesas Financeiras	(1.006.243)	(2.343)	(1.008.586)
Resultado antes do IR e CSLL	(92.990)	234.416	141.426
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.542)	(61.996)	(74.538)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(105.532)	172.420	66.888

A composição da Receita da Companhia e suas controladas segregada por segmento, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e em 30 de junho de 2018, é conforme segue:

	30 de junho de 2019			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	3.423.710	-	-	3.423.710
Receita de Transmissão – com impostos	-	336.060	-	336.060
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga	176.151	-	-	176.151
Receita de Construção	-	82.989	-	82.989
Transações com energia na CCEE	404.037	-	-	404.037
Receita de Indenização da Transmissão	-	90.420	-	90.420
Ressarcimentos contratuais	64.640	-	-	64.640
Pis/Pasep e Cofins sobre ICMS	424.403	-	-	424.403
Outras receitas operacionais	10.795	12.998	67.955	91.748
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(699.080)	(193.010)	(4.495)	(896.585)
Receita Operacional Líquida	3.804.656	329.457	63.460	4.197.573

(1) Novo segmento operacional apresentado em função da aquisição de controladas no processo de reestruturação societária do Grupo Cemig, em dezembro de 2018.

	30 de junho de 2018		
	Geração	Transmissão	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	3.245.172	-	3.245.172
Receita de Transmissão – com impostos	-	294.712	294.712
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga	156.980	-	156.980
Receita de Construção	-	4.732	4.732
Transações com energia na CCEE	154.151	-	154.151
Receita de Indenização da Transmissão	-	146.519	146.519
Receita de Indenização da Geração	34.463	-	34.463
Outras receitas operacionais	3.709	23.946	27.655
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(645.489)	(143.220)	(788.709)
Receita Operacional Líquida	2.948.986	326.689	3.275.675

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 25.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pré-pagamento de dívidas

Em 24 de julho de 2019, a Cemig GT realizou a amortização extraordinária, no valor de R\$125 milhões, de sua 7ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em dezembro de 2021.

Alteração do Estatuto Social e reestruturação operacional

Em 07 de agosto de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a reforma do Estatuto Social da Companhia que adequou a denominação e atividades das Diretorias Executivas.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

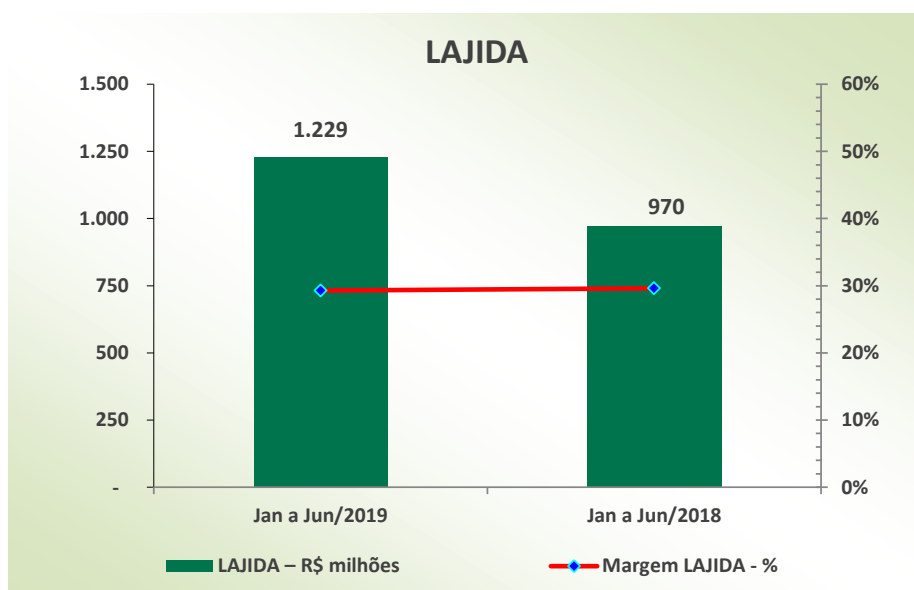
Lucro líquido do período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro semestre de 2019, um lucro líquido de R\$925.713 em comparação ao lucro líquido de R\$66.888 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 1.283,98%. As principais variações na receita, nos custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência destas informações contábeis intermediárias.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 26,70% no primeiro semestre de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	30/06/2019	30/06/2018	Var %
Lucro líquido do período	925.713	66.888	1.283,97
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	747.908	74.538	903,39
+ Resultado Financeiro Líquido	(558.846)	755.272	(173,99)
+ Amortização e Depreciação	113.935	73.088	55,89
= LAJIDA	1.228.710	969.786	26,70



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no período de janeiro a junho de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018, deve-se, principalmente, ao crescimento de 28,14% nas receitas operacionais associado a uma variação positiva no resultado de equivalência patrimonial que em 2019 foi credor em R\$8.753 comparado a um resultado negativo apurado de janeiro a junho de 2018 no valor de R\$140.412. Também contribuiu para o aumento do LAJIDA no primeiro semestre de 2019, o reconhecimento de receita no montante R\$424.403 referente a ICMS sobre Pasep/Cofins, conforme nota explicativa nº 9. Como efeito negativo no LAJIDA observa-se um aumento de 37,50% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da depreciação e amortização. Esta variação decorre basicamente do aumento nas provisões operacionais, principalmente pelo reconhecimento da provisão para perdas em créditos a receber da Renova, no montante de R\$688.031. A margem do LAJIDA manteve-se nos mesmos patamares entre os períodos comparados, 29,27% no primeiro semestre de 2019 comparado a 29,61% no primeiro semestre de 2018.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	30/06/2019			30/06/2018		
	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	6.557.653	1.493.622	239,35	6.997.103	1.554.617	222,18
Comercial	2.001.876	425.165	277,75	1.536.251	347.911	226,47
Rural	1.029	261	829,57	315	78	247,62
Subtotal	8.560.558	1.919.048	247,76	8.533.669	1.902.606	222,95
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	30.274	-	-	(4.612)	-
	8.560.558	1.949.322	250,66	8.533.669	1.897.994	-
Suprim. Outras Concessionárias	5.563.323	1.493.358	277,00	5.590.372	1.420.996	254,19
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(18.970)	-	-	(73.818)	-
	14.123.881	3.423.710	-	14.124.041	3.245.172	-

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.423.710 no primeiro semestre de 2019 em comparação a R\$3.245.172 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 5,50%, decorrente, essencialmente, de um aumento no preço médio do MWh e, em contrapartida, uma redução na quantidade de energia vendida.

Receita de transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$336.060 no primeiro semestre de 2019 comparados a R\$294.712 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 14,03%. Essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2018, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Cemig GT e IGPM para a Cemig Itajubá. Em 2018, os reajustes da RAP foram de 4,00% e 3,30%, para os contratos de concessão da Cemig GT e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$90.420 no primeiro semestre de 2019, comparado a R\$146.519 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 38,29%.

A Companhia registra a atualização do saldo a receber da indenização com base no IPCA e no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos.

Em julho de 2018 a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME sofreu um reajuste negativo de 23,2%.

A redução apresentada decorre essencialmente de uma redução do saldo pelos recebimentos da indenização no período associado a queda do indexador que foi de 2,22 no primeiro semestre de 2019 comparado a 2,60 no primeiro semestre de 2018.

Mais informações na nota explicativa nº 12 – Ativos Financeiros da Concessão

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$404.037 no primeiro semestre de 2019 comparados a R\$154.151 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 162,10%. Esta variação decorre, principalmente, da maior alocação de garantia física, especialmente no primeiro trimestre de 2019, associada a GSFs, aumentando a sobra de energia. Essa sobra, por sua vez, foi valorizada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD mais elevado, no primeiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, impactando significativamente as receitas do primeiro semestre de 2019.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$896.585 no primeiro semestre de 2019 comparados a R\$788.709 no mesmo período de 2018, apresentando um crescimento de 13,68%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE), cujos pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL, tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$116.301 no primeiro semestre de 2019 comparados a R\$73.861 no mesmo período de 2018, uma variação de 57,46%. A TUSD-CDE das transmissoras é homologada juntamente à aprovação do orçamento da CDE, que ocorre anualmente e cujo ciclo de vigência é o ano civil. A TUSD-CDE que passou a vigorar a partir de janeiro de 2019 sofreu um aumento de 40%. O incremento da TUST-CDE deveu-se ao aumento da quota anual de 2019 frente a de 2018 que considerou tanto um aumento médio de 14% no custo unitário da CDE (Quota Anual/MWh), quanto o repasse da revisão do orçamento da CDE de 2018. Essa revisão do orçamento de 2018, representou um ajuste da Quota Anual de 16%, que, no caso do setor de transmissão, foi somente repassado ao consumidor em 2019.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$3.091.551 no primeiro semestre de 2019 em comparação a R\$2.238.565 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 38,10%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 26 das informações contábeis intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.699.161 no primeiro semestre de 2019, comparados a R\$1.692.509 no mesmo período de 2018, representando um aumento absoluto de R\$ 6.652. Esta variação decorre da redução de 1,72% no volume de energia comprada no primeiro semestre de 2019 (9.211.905 MWh) comparado ao mesmo período de 2018 (9.372.826 MWh), parcialmente compensada pelo aumento de 10,49% no preço médio do MWh (R\$199,52 no primeiro semestre de 2019 e R\$180,58 no mesmo período de 2018).

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$168.274 no primeiro semestre de 2019 comparados a R\$164.930 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 2,03%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018, em função de Acordo Coletivo;
- aumento de 3,84% no número médio de empregados, sendo 1.303 no primeiro semestre de 2018 em comparação a 1.353 no primeiro semestre de 2019.
- reconhecimento, no primeiro trimestre de 2019, de custo com programas de desligamento voluntário no montante de R\$5.854 em comparação ao valor de R\$6.731 reconhecido no primeiro semestre de 2018.

Participação dos empregados no resultado

Esta despesa foi de R\$42.331 no primeiro semestre de 2019 comparados a R\$4.511 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 838,40%. Esta variação decorre do aumento do lucro líquido que passou de R\$66.888 no primeiro semestre de 2018 para R\$924.713 no primeiro semestre de 2019.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$82.989 no primeiro semestre de 2019 em comparação a R\$4.732 no mesmo período de 2018. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. O aumento nesse custo se deve, essencialmente, ao calendário das obras da Transmissão para o ciclo 2018-2025, que foram aprovadas em 2017 e tiveram pequena realização em 2018.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$42.631 no primeiro semestre de 2019 em comparação a uma despesa de R\$36.370 no mesmo período de 2018, gerando um aumento de 17,21%. Essa variação decorre, principalmente, do crescimento do custo com o plano de saúde em 2019, em razão da redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de dezembro de 2018, aumentando as obrigações pós-emprego. Além disso, a avaliação atuarial de 2018 incluiu a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação de 1,00% para o plano de saúde.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$743.008 no primeiro semestre de 2019 comparados a R\$39.576 no mesmo período de 2018, gerando um aumento de 1.777,42% decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em 2019 no valor de R\$19.077 na comparação da perda estimada registrada em 2018 no valor de R\$152, em função, especialmente, da piora na condição financeira de cliente com representatividade na carteira.

- Redução de 10,81% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$21.946 no primeiro semestre de 2019, em comparação à R\$24.606 no mesmo período de 2018. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 29.
- Reconhecimento, em junho de 2019, de uma provisão para perda decorrente de valores a receber da Renova no montante de R\$688.031, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia. Mais detalhes na nota 28.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial de R\$8.753 no primeiro semestre de 2019 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$140.412 no mesmo período de 2018.

As perdas reconhecidas no primeiro semestre de 2018 decorreram, principalmente, dos prejuízos apurados pelas investidas Renova e Santo Antônio Energia. Não foram reconhecidas perdas relacionadas ao investimento na Renova no primeiro semestre de 2019, já que este o ativo foi integralmente baixado em dezembro de 2018, diante do passivo a descoberto da investida. Adicionalmente, o resultado negativo com equivalência patrimonial da Santo Antônio Energia sofreu uma redução de 50,56% no primeiro semestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, sendo de R\$70.882 no primeiro semestre de 2019 na comparação ao valor de R\$143.368 em 2018.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 14.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$558.846 no primeiro semestre de 2019 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$755.272 no mesmo período de 2018.

Esse aumento decorreu, principalmente, do crescimento dos ganhos com operação de *hedge* contratada para proteção dos riscos de variação de moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que alcançou o montante de R\$ 613.394, no primeiro semestre de 2019, em comparação a R\$180.429 no mesmo período de 2018. Essa variação positiva decorreu principalmente da redução da curva estimada da taxa da juros durante a vigência do contrato, o que contribui para reduzir a expectativa de pagamento das obrigações da Cemig, que são indexadas ao CDI, aumentando o valor justo da opção.

Adicionalmente, houve redução de 39,14% da amortização dos custos de transação no primeiro trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, em razão da antecipação de contratos de dívida, bem como da amortização das debêntures – 6ª emissão, 1ª série.

Também contribuiu na variação do resultado financeiro, o reconhecimento de uma receita financeira no montante de R\$241.416, decorrente da atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS resultante do reconhecimento do direito da Companhia de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 9.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no primeiro semestre de 2019, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$747.908 em relação ao lucro de R\$1.673.621 antes dos efeitos fiscais, representando 44,69% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2018, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$74.538 em relação ao lucro de R\$141.426 antes dos efeitos fiscais, representando 52,70% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(d) das informações contábeis intermediárias.

Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no segundo trimestre de 2019, um lucro de R\$342.497, em comparação ao prejuízo de R\$180.390 no mesmo período de 2018. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas Informações contábeis intermediárias.

Ressalta-se que o lucro líquido do 2º trimestre de 2019 foi significativamente afetado pelos ganhos financeiros com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia com o propósito de proteger as operações contra os riscos vinculados à variação cambial, incidentes sobre a dívida captada em dezembro de 2017 (Eurobonds), sendo uma receita de R\$461.083 de abril a junho de 2019 na comparação a receita de R\$82.912 no mesmo período de 2018.

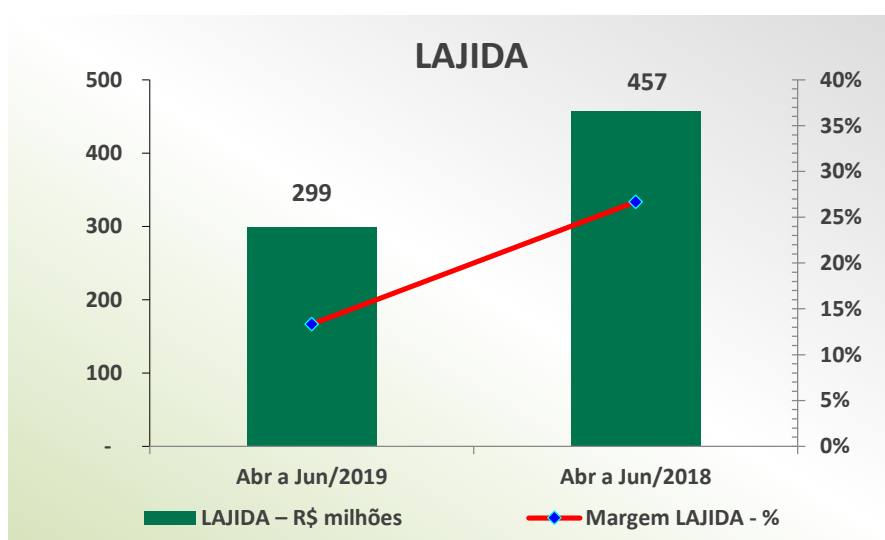
Também afetou o resultado no segundo trimestre de 2019, o reconhecimento da receita no valor de R\$438.788, líquida dos efeitos tributários, decorrente dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS. Mais detalhes na nota explicativa nº 9.

Contrariamente aos efeitos acima relatados, o resultado no 2º trimestre de 2019 foi afetado por uma provisão para perda decorrente de valores a receber da Renova no montante de R\$688.031, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia. Mais detalhes na nota 28.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou uma redução 34,62% no segundo trimestre de 2019, em comparação com o mesmo período de 2018, conforme segue:

LAJIDA	Abr a jun/19	Abr a jun/18	Var %
Resultado do Período	342.497	(180.390)	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	513.948	(48.967)	-
+ Resultado Financeiro Líquido	(624.206)	650.213	-
+ Amortização e Depreciação	66.813	36.539	82,85
= LAJIDA	299.052	457.395	(34,62)



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no segundo trimestre de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018, deve-se, principalmente ao aumento de 67,08% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da depreciação e amortização, efeito parcialmente compensado pelo aumento de 30,91% nas receitas operacionais. O aumento nos custos e despesas operacionais deve-se basicamente ao aumento nas provisões operacionais, principalmente pelo reconhecimento da provisão para perdas em créditos a receber da Renova, no montante de R\$688.031, em junho de 2019. Em linha com o ocorrido no LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 26,70% no segundo trimestre de 2018 para 13,33% no segundo trimestre de 2019.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Abr a Jun/2019			Abr a Jun/2018		
	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	3.326.304	768.521	255,41	3.733.998	790.961	211,83
Comercial	1.082.661	221.814	359,48	851.996	180.103	211,39
Rural	525	135	(712,62)	315	78	247,62
Subtotal	4.409.490	990.470	273,17	4.586.309	971.142	211,75
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	5.842	-	-	40.874	-
	4.409.490	996.312	274,78	4.586.309	1.012.016	-
Suprim. Outras Concessionárias	2.454.621	659.182	288,79	2.969.502	741.733	249,78
Suprim. não Faturado Líquido	-	37.766	-	-	(39.052)	-
	6.864.111	1.693.260	-	7.555.811	1.714.697	-

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.693.260 no segundo trimestre de 2019 em comparação a R\$1.714.697 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 1,25% decorrente, essencialmente, de um aumento no preço médio do MWh e, em contrapartida, uma redução na quantidade de energia vendida.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$172.904 no segundo trimestre de 2019 comparado a R\$151.166 no mesmo período de 2018, representando crescimento de 14,38%. Conforme mencionado, essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2017, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Em 2018, os reajustes da RAP foram de 4,00% e 3,30%, para os contratos de concessão da Cemig GT e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$144.821 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$32.417 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 346,74%. Esta variação decorre principalmente da variação do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD de abril de 2019, o qual foi superior àquele observado em abril de 2018, aumentando a receita do segundo trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018.

Receita de Indenização da Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$57.921 no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$96.678 no mesmo período de 2018.

A Companhia registra a atualização da indenização a receber com base no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

Mais informações na nota explicativa nº 12 – Ativos Financeiros da Concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$447.296 no segundo trimestre de 2019 e R\$392.195 no mesmo período de 2018, apresentando um aumento de 14,05%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$64.520 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$35.190 no mesmo período de 2018, uma variação de 83,35%. A TUSD-CDE das transmissoras é homologada juntamente à aprovação do orçamento da CDE, que ocorre anualmente e cujo ciclo de vigência é o ano civil. A TUSD-CDE que passou a vigorar a partir de janeiro de 2019 sofreu um aumento de 40%. O incremento da TUSD-CDE deveu-se ao aumento da quota anual de 2019 frente a de 2018 que considerou tanto um aumento médio de 14% no custo unitário da CDE (Quota Anual/MWh), quanto o repasse da revisão do orçamento da CDE de 2018. Essa revisão do orçamento de 2018, representou um ajuste da Quota Anual de 16%, que, no caso do setor de transmissão, foi somente repassado ao consumidor em 2019.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.982.532 no segundo trimestre de 2019 em comparação a R\$1.183.153 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 67,56%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 26 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$916.241 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$897.095 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 2,13%. Esta variação decorre da do aumento de 6.14% no volume de energia comprada no segundo trimestre de 2019 (5.016.943 MWh) comparado ao mesmo período de 2018 (4.726.875 MWh), parcialmente compensado pelo aumento de 3,80% no preço médio do MWh (R\$197,01 no segundo trimestre de 2019 e R\$189,79 no mesmo período de 2018).

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$77.669 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$85.391 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 9,04%. Apesar do reajuste salarial de 4% a partir de novembro de 2018, em função de acordo coletivo, a variação negativa decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de 4,03% no número médio de empregados, sendo 1.368 no segundo trimestre de 2019 em comparação a 1.315 no segundo trimestre de 2018.
- Menor custo com programas de desligamento voluntário, sendo R\$5.854 no 2º trimestre de 2019 em comparação a R\$6.731 no 2º trimestre de 2018.

Participação dos empregados no resultado

Esta despesa foi de R\$27.042 no primeiro semestre de 2019 comparados a uma reversão de R\$79 no mesmo período de 2018. Este resultado decorre da variação no resultado que passou de um prejuízo líquido de R\$180.390 no 2º trimestre de 2018 para um lucro líquido de R\$342.497 no mesmo período de 2019.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou aumento de 1.396,38%, R\$54.902 no segundo trimestre de 2019 em comparação a R\$3.669 no mesmo período de 2018. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. O aumento nesse custo se deve, essencialmente, ao calendário das obras da Transmissão para o ciclo 2018-2025, que foram aprovadas em 2017 e tiveram pequena realização em 2018.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$20.963 no segundo trimestre de 2019 em comparação a uma despesa de R\$18.507 no mesmo período de 2018, um aumento de 13,27%. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, que gerou o incremento do passivo, e conseqüentemente, da despesa.

Provisões Operacionais

- As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$712.897 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$30.577 no mesmo período de 2018. Esta variação deve-se, principalmente, do reconhecimento, em junho de 2019, de uma provisão para perda decorrente de valores a receber da Renova no montante de R\$688.031, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia. Mais detalhes na nota 28.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$27.926 no período de abril a junho de 2019 na comparação a perdas líquidas de R\$109.182 no mesmo período de 2018. Não foram reconhecidas perdas relacionadas ao investimento na Renova no segundo trimestre de 2019, já que este o ativo foi integralmente baixado em dezembro de 2018, diante do passivo a descoberto da investida. Adicionalmente, o resultado negativo com equivalência patrimonial da Santo Antônio Energia sofreu uma redução de 38,05% em 2019, sendo de R\$58.154 no período de abril a junho de 2019 na comparação ao valor de R\$93.878 no mesmo período de 2018.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 14.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$624.206 no segundo trimestre de 2019 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$650.213 no mesmo período de 2018. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Ganho com variação cambial de empréstimos e financiamentos no montante de R\$96.751 no 2º trimestre de 2019 na comparação a despesa de R\$532.425 no 2º trimestre de 2018, em decorrência da redução da variação do dólar de 1,66% no 2º trimestre de 2019, comparado a um aumento de 16,01% no 2º trimestre de 2018.
- Ganho com instrumentos financeiros derivativos (swap), que alcançou o montante de R\$461.083 no segundo trimestre de 2019, em comparação a R\$82.912 no mesmo período de 2018. Essa variação positiva decorreu principalmente da redução da curva estimada da taxa de juros durante a vigência do contrato, o que contribui para reduzir a expectativa de pagamento das obrigações da Cemig, que são indexadas ao CDI, aumentando o valor justo da opção.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no segundo trimestre de 2019, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$513.948 em relação ao lucro de R\$856.445 antes dos efeitos fiscais, representando 60,01% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2018, a Companhia apurou créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$48.967 em relação ao prejuízo de R\$229.357 antes dos efeitos fiscais, representando 21,35% de alíquota efetiva. Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10c das Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Comercial

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Paulo Mota Henriques
Diretor de Geração e Transmissão

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor sem denominação específica

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor de Regulação e Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade de Negócios
Contador – CRC-MG 85.260



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 14 às informações contábeis intermediárias, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia, da sua controladora e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às informações contábeis intermediárias, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 30 de junho de 2019, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 14, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada em conjunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja forma e conteúdo nas informações contábeis intermediárias são requeridas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 15 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-
1BA022650/O-0